

TERMO DE **REFERÊNCIA**

Processo SEI nº 23000.017369/2021-90

Aquisição de solução de switches para datacenter e serviços agregados

Brasília/DF, 12 de junho de 2023

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

TERMO DE REFERÊNCIA BENS E SERVIÇOS DE TIC – LEI nº 14.133/2021

Processo Administrativo nº 23000. 017369/2021-90

Referência: Arts. 12 a 24 da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022**1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

Aquisição de ativos de rede para composição de solução de switches “spine & leaf” para o core da rede de dados do Datacenter do MEC, incluindo o provimento de serviços agregados de implantação, instalação, configuração, operação assistida, garantia e suporte técnico dos equipamentos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	Descrição do item	CATMAT/CATSER	Unidade	QTDE	Valor Unitário	Valor Total
1	1	Switch Datacenter Tipo 1 (Spine)	122971	Unidade	2	R\$167.786,83	R\$335.573,66
	2	Switch Datacenter Tipo 2 (Leaf)	122971	Unidade	10	R\$133.200,00	R\$1.332.000,00
	3	Switch Datacenter Tipo 3 (Leaf)	122971	Unidade	4	R\$197.590,96	R\$790.363,84
	4	Plataforma de Gerenciamento	27464	Unidade	1	R\$289.000,00	R\$289.000,00
	5	Cabo AOC com conectores 100Gbe QSFP28 15M	52280	Unidade	30	R\$9.433,27	R\$282.998,10
	6	Cabo AOC com conectores 25Gbe SFP28 10M	52280	Unidade	96	R\$1.433,87	R\$137.651,52
	7	Cabo AOC com conectores 25Gbe SFP28 05M	52280	Unidade	164	R\$1.401,10	R\$229.780,40
	8	Serviço de implantação, instalação e configuração	27111	Unidade	1	R\$300.000,00	R\$300.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO:						R\$3.697.367,52 (três milhões, seiscentos e noventa e sete mil e trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)	

O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

Os bens e serviços objetos desta contratação são caracterizados como comum, uma vez que apresenta, independentemente de sua complexidade, “padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos em edital, por meio de especificações usuais no mercado”.

O prazo de vigência da contratação é de 1 ano, contados da assinatura do Contrato, na forma dos artigos 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), apêndice do Edital.

A Solução de TIC consiste na aquisição de ativos de rede para composição de solução de **switches** do tipo “spine & leaf”, cabos de conexão e serviços agregados de projeto, implantação, configuração e operação assistida da solução, incluindo suporte técnico em garantia pelo período de 60 (sessenta) meses, contemplando componentes necessários para suportar a capacidade da infraestrutura atual, o seu crescimento, bem como a evolução tecnológica da camada de rede.

3 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se diante do Ministério da Educação, como órgão central das políticas públicas educacionais brasileiras, gerencia e disponibiliza mais de 300 (trezentos) sistemas de informação e mais de 160 (cento e sessenta) serviços de Tecnologia da Informação, tanto para o público interno quanto externamente, incluindo sistemas de alta criticidade e visibilidade nacional, como: SISU, PROUNI, FIES, SISTEC, SIMEC, E-MEC, dentre outros. Nesse contexto, incumbe à Subsecretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (STIC) prover e gerenciar os recursos tecnológicos necessários às atividades do MEC, conforme definido no Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

A STIC executa essas competências com suporte em uma considerável gama de recursos de serviços e infraestrutura tecnológica que, ao longo dos anos, tem sido sustentada, atualizada e evoluída de forma contínua e de modo a suportar as demandas de negócio – estrutura essa que conta com as mais variadas tecnologias, sejam elas em *hardware* ou *software*, soluções completas ou *softwares* específicos, livres / *open-source* ou proprietárias.

É compreensível que o atendimento à demanda por serviços de TIC para uma organização de grande porte, complexa e robusta, como é o caso do Ministério da Educação, requeira a adoção e manutenção de uma extensa diversidade de tecnologias e estratégias que habilitam a entrega de serviços com a qualidade requerida.

Nessa linha, é necessário destacar que atualmente o núcleo de rede do centro de dados do MEC, é composto por switches dos modelos Nexus 7010 e Nexus 5548, ambos do fabricante CISCO e por switches HP modelo JC772A, que são utilizados para interconectar os ativos de rede que hospedam os serviços, rede de distribuição de usuários e sistemas críticos do MEC. Os equipamentos que compõem essa solução estão sem garantia e sem suporte técnico desde 2016, e já estão em funcionamento no Datacenter do MEC há pelo menos 10 (dez) anos. Sendo assim, para garantir que o MEC continue a entregar os serviços e sistemas à sociedade, é necessário garantir o contínuo e correto funcionamento da solução de comunicação de dados, pois a falha dos equipamentos em questão, sem que os serviços de garantia e suporte técnico estejam ativos, implica na indisponibilidade de diversos sistemas, impactando diretamente os sistemas críticos, bem como em toda a infraestrutura do MEC.

A modernização da infraestrutura de rede, deve-se definir, entre outros componentes, comuns à maioria dos Datacenters atuais, a própria camada física subjacente, composta em sua quase totalidade por switches, roteadores e pontos de acesso. Para esta camada deve-se adotar, preferencialmente, segundo o artigo, uma estrutura de data center com gerenciamento centralizado (*“Centrally Managed Data Center Fabric”*), com o intuito de atender requisitos de negócios digitais que exigem maior agilidade de rede, tornando a automação, orquestração e integração com o restante da infraestrutura do data center as principais prioridades. Assim, o Gartner recomenda a arquitetura do tipo *“spine-leaf”* para a camada física do datacenter, no que concerne à capacidade de *“switching”* do mesmo. Com a proposta desta estrutura de rede, teremos a estrutura basilar que possibilitará a implementação futura de diversos recursos, dentre os quais se destacam:

- Redes definidas por software (SDN);
- Otimização de estruturas de rede baseadas em nuvem;
- Evolução e transformação das operações de rede (alinhamento e integração com ferramentas de segurança da informação adequando o ambiente para o modelo de *“Zero-Trust Networking”*, automação amigável para implementações de *“DevOps”*, adoção de práticas de análise e monitoramento de rede baseadas em *“AIOps - Artificial Intelligence for IT Operations”*;
- Automação de redes - *“Autonomous Networks”* - com intervenção mínima de administradores e operadores;

Dessa forma, de acordo com os princípios norteadores do processo administrativo, no que diz respeito à supremacia do interesse público, torna-se imprescindível à garantia da continuidade de serviços críticos de TIC, mantidos e gerenciados pela STIC/SE/MEC, tendo como finalidade a padronização e modernização do parque computacional, garantindo a continuidade de importantes serviços finalísticos deste Ministério.

Dessa forma, de acordo com os princípios norteadores do processo administrativo, no que diz respeito à supremacia do interesse público, torna-se imprescindível à garantia da continuidade de serviços críticos de TIC, mantidos e gerenciados pela STIC/SE/MEC, tendo como finalidade a padronização e modernização do parque computacional, garantindo a continuidade de importantes serviços finalísticos deste Ministério.

3.1 Bens e/ou serviços que compõem a solução

Os cálculos da estimativa da demanda para a presente contratação, incluindo a relação entre a necessidade prevista e os respectivos quantitativos a serem contratados, estão detalhados no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR. Abaixo segue um quadro resumo com os quantitativos a serem contratados:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT/CATSER	ESTIMATIVA DE VOLUME
1	Switch Datacenter Tipo 1 (Spine)	Unidade	122971	2
2	Switch Datacenter Tipo 2 (Leaf)	Unidade	122971	10
3	Switch Datacenter Tipo 3 (Leaf)	Unidade	122971	4
4	Software de Gerenciamento	Unidade	27464	1
5	Cabo AOC com conectores 100Gbe QSFP28 15M	Unidade	52280	30
6	Cabo AOC com conectores 25Gbe SFP28 10M	Unidade	52280	96

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATMAT/CATSER	ESTIMATIVA DE VOLUME
7	Cabo AOC com conectores 25Gbe SFP28 05M	Unidade	52280	164
8	Serviço de implantação, instalação, configuração e operação assistida	Unidade	27111	1

3.2 Parcelamento (ou não parcelamento) da Solução de TIC

O não parcelamento do objeto se faz necessário pois, do ponto de vista tecnológico, embora composta de diversos equipamentos e softwares, trata-se de uma solução integrada, isso é, um conjunto de elementos de hardware e software que, como um todo, compõem a infraestrutura de comutação de rede de dados do Centro de Dados do MEC.

O correto funcionamento da infraestrutura de comutação de rede de dados é imprescindível para a continuidade das atividades desempenhadas no MEC, de modo que, diante das características da solução, a centralização dos itens em um único grupo minimiza riscos de maiores danos aos serviços instalados no ambiente computacional do órgão e promove o aprimoramento no nível de monitoramento e gerenciamento do ambiente.

Por se tratar de uma solução integrada, os itens que compõem a solução devem ser fornecidos por um único licitante, pois, caso os itens fossem divididos entre vários licitantes, qualquer descumprimento por parte de algum deles, poderia comprometer todo o funcionamento da solução de comunicação e processamento de dados, acarretando prejuízo ao negócio do MEC.

Importante ainda salientar que o agrupamento dos itens, tal qual exposto, não restringe a competitividade do certame, haja vista que diversas empresas apresentaram proposta de preços para os serviços, considerando a união dos itens em um único grupo.

Logo, a solução escolhida deve ser aquela que propicia o melhor resultado (eficiência) de modo a garantir que a Administração tenha à sua disposição a melhor e mais completa solução para o atendimento de suas necessidades. Do contrário, restaria comprometido o próprio princípio da economicidade, vez que, ao selecionar uma solução baseando-se meramente no menor custo renunciar-se-ia ao resultado pretendido (atendimento cabal da necessidade delineada pela Administração).

Por fim, para o presente caso, o agrupamento dos itens se mostra como uma opção mais adequada do que a adoção da licitação por itens isolados, a qual implicaria em um maior número de procedimentos de seleção, o que tornaria bem mais oneroso o trabalho da administração pública, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle, de sorte que poderia colocar em risco a celeridade processual, comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

Diante de todo o exposto, fica assegurado o interesse público e justifica-se a inviabilidade do parcelamento do objeto.

3.3 Benefícios a serem alcançados

Os principais benefícios potencialmente alcançáveis com o provimento da solução são os seguintes:

- Manter a disponibilidade dos serviços de rede de dados;
- Atender às necessidades de negócio, garantindo infraestrutura de TI adequada para a execução dos programas e ações do MEC;
- Mitigar possíveis riscos, danos ou indisponibilidade a prestação de serviços de TI, decorrentes de problemas técnicos identificados nos equipamentos;
- Permitir a criação de condições favoráveis para manter os níveis de desempenho e disponibilidade exigidos;
- Garantir a continuidade dos programas e sistemas críticos do MEC;
- Manter o volume de absorção das várias demandas do ambiente de TIC relativas à solução de infraestrutura de comunicação de dados, com adequada disponibilidade e integridade no tráfego de dados e de informações;
- Dotar o MEC de serviços especializados com o objetivo de assegurar o pleno funcionamento dos seus ativos de comunicação;
- Prover solução confiável para interconectar os ativos de rede;
- Manter o pleno funcionamento da infraestrutura e dos sistemas internos do MEC;
- Modernizar a infraestrutura tecnológica do Datacenter para prepará-lo para a implementação futura de recursos avançados de operação de redes.

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamentos a seguir:

- ID PCA no PNCP: 00394445000101-0-000002/2023
- Data de publicação no PNCP: 19/05/2023
- Id do item no PCA: 19; 20; 21; e 22
- Classe/Grupo:
 - 7050- Equipamentos de Rede de TIC – Local e Remota;
 - 182 – Serviços de Licenciamento e Contratos de Transferência de Tecnologia;
 - 6015 – Cabos de Fibra Ótica; e
 - 161 – Serviços especializados de instalação, transição, configuração/customização de software

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

V. Identificador da Futura Contratação: 150004-19/2023

O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2021-2023 do Ministério da Educação, conforme demonstrado abaixo:

Unidade/Área	Objetivo Estratégico	Necessidade de Negócio
SE/STIC	OE-04: Sustentar, apoiar, suportar programas e políticas do MEC através de serviços de TIC	NN-14: Implantação de solução de rede de comunicação e soluções acessórias para tratamento de dados e informações com grau de sigilo
	OE-07: Prover planejamento da capacidade da infraestrutura e serviços de TIC alinhado às demandas de negócio	
	OE-08: Realizar a contratação de bens e serviços de TIC alinhadas às necessidades de negócio	
Ações/projetos vinculados		
STIC.ACP-55	Aquisição de switches e serviços agregados	

Por tratar de oferta de serviços públicos digitais, o objeto da contratação será integrado à Plataforma Gov.br, nos termos do Decreto nº 8.936, de 19 de dezembro de 2016, e suas atualizações, de acordo com as especificações deste Termo de Referência.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Requisitos de Negócio

A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- Modernização do parque de switches do MEC, prevenindo novas trocas de equipamentos;
- Prevenção contra-ataques de segurança destinados a switches obsoletos;
- Maior agilidade de rede, tornando a automação, orquestração e integração com o restante da infraestrutura do datacenter do MEC;
- Suporte das variadas tecnologias, sejam elas em hardware ou software, soluções completas ou softwares específicos, livres / open-source ou proprietárias.
- Garantia de infraestrutura de TI adequada para a execução dos programas e ações do MEC.

4.2 Requisitos de Capacitação

Será necessário treinamento à equipe que atuará com a solução. O treinamento deverá ser realizado nas fases de planejamento, instalação, configuração e manutenção da solução, compreendendo todas as informações de configuração, operação e gerência de todos os componentes envolvidos na solução adquirida.

O treinamento deverá ser ministrado em Língua Portuguesa/Brasil.

Ao término do treinamentoD será realizada a avaliação do mesmo. Caso o treinamento não tenha sido aprovado pelos participantes, por falha da CONTRATADA, esta deverá realizar novo treinamento, sem ônus para o CONTRATANTE, com as reformulações que o Ministério julgar necessárias, inclusive com a mudança do(s) instrutor(es), caso necessário.

4.3 Requisitos Legais

O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis.

4.4 Requisitos de Manutenção

Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas e preventivas pela Contratada, visando à manutenção da disponibilidade da solução e ao aperfeiçoamento de suas funcionalidades.

A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico em período integral, com atendimento imediato em caso de defeito e/ou falha nos bens adquiridos no âmbito desta contratação, conforme as condições previstas neste Termo de Referência..

4.5 Requisitos Temporais

A CONTRATADA deverá disponibilizar os bens que compõe a solução e implantar a mesma conforme proposta aprovada no plano de implantação, no máximo, **60 (sessenta) dias** após a assinatura do CONTRATO, mediante recebimento de ORDEM DE SERVIÇO (OS), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante, devendo permanecer disponíveis durante toda a vigência contratual.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência, quando não expressados de forma contrária, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

Todos os prazos, quando não expresso de forma contrária, serão considerados em dias corridos. Ressaltando que serão contados os dias a partir da hora em que ocorrer o incidente até a mesma hora do último dia, conforme os prazos.

4.6 Requisitos de Segurança e Privacidade

A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante, Instrução Normativa nº 1, de 27 de maio de 2020, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, que dispõe sobre a Estrutura de Gestão da Segurança da Informação nos órgãos e nas entidades da administração pública federal, bem como ao Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação.

A CONTRATADA deverá atender ao disposto no art. 18, V, “a” e “b” da IN-SGD 94/2022 (entrega dos Termos de Compromisso e de Ciência) no prazo estabelecido no presente Termo de Referência.

A CONTRATADA e seus profissionais envolvidos na solução deverão seguir os seguintes procedimentos e premissas de segurança envolvidos na prestação dos serviços:

- Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do MEC ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução dos serviços contratados, respeitando todos os critérios estabelecidos, aplicáveis aos dados, informações, regras de negócios, documentos, entre outros pertinentes, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;
- Cumprir e garantir que seus profissionais estejam cientes, aderentes e obedeçam rigorosamente às normas e aos procedimentos estabelecidos pelo MEC;
- Manter sigilo de todas as informações a que tiveram acesso inclusive após o término da vigência contratual ou eventual rescisão.

4.7 Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

Os serviços devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

- Conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações, elaborado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade da Controladoria Geral da União/Advocacia Geral da União.

4.8 Requisitos de Arquitetura Tecnológica

Os serviços deverão ser executados observando-se as diretrizes de arquitetura tecnológica estabelecidas pela área técnica da Contratante.

A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado à Contratada adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante.

A contratação em tela visa oferecer condições para se garantir a disponibilidade e continuidade dos serviços e programas institucionais sustentados pelo ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) do MEC, por meio da manutenção do serviço de conectividade de rede do Centro de Dados, sendo necessário:

- Assegurar disponibilidade e a continuidade dos serviços, com a previsão de garantia e suporte técnico dos componentes envolvidos;
- Suportar a demanda dos sistemas institucionais, com a evolução da tecnológica.
- Viabilizar a jornada de transformação digital;
- Minimizar o impacto de riscos ao negócio;
- Promover uma melhor experiência do usuário nos acessos aos sistemas por meio de via de maior capacidade de comutação de pacotes e portas de alta velocidade;
- Suportar os projetos de modernização, expansão de funcionalidade por meio da escalabilidade; e
- Garantir conformidade com os acordos de nível de serviço, em que os equipamentos requerem operação contínua 24 horas por dia, 7 dias por semana.

4.9 Requisitos de Projeto e de Implementação

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

- Etapa 01 - planejamento e design da instalação**, a CONTRATADA deverá realizar uma ou mais reuniões técnicas com o corpo técnico designado pelo MEC com o objetivo de ser apresentada objetivamente ao Projeto de Rede proposto pelo MEC, devendo sinalizar quaisquer inviabilidades ou ajustes necessários, propondo as alternativas e/ou melhorias no projeto com o foco em viabilizar a implementação. Para cada reunião, deverão ser elaboradas atas para

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

registro dos pontos abordados e consentimento global, que subsidiarão a próxima fase da dinâmica de execução. A CONTRATADA deverá entregar Documento de Instalação tomando como base todo o projeto apresentado pelo MEC e as abordagens registradas nas atas de reunião, contendo o projeto e layout de conexão e proposta de configuração dos equipamentos; também deve conter plano de testes para validação do funcionamento pós-execução. Esse documento deverá ser entregue para avaliação e aprovação do CONTRATANTE para execução dos serviços.

- **Etapas 02 - execução dos serviços de montagem, instalação e configuração**, a CONTRATADA deverá montar, instalar e configurar os equipamentos seguindo o Documento de Instalação aprovado pelo CONTRATANTE tanto no que se refere ao hardware quanto ao software dos equipamentos. As janelas de manutenção para execução dos serviços serão definidas pelo CONTRATANTE.

- **Etapas 03 - realização do plano de testes**, a CONTRATADA deverá realizar o plano de testes definido previamente, executando a correção de eventuais problemas encontrados, conforme cronograma aprovado de instalação.

- **Etapas 04 - realização da transferência de conhecimento e operação assistida**, a CONTRATADA deverá realizar uma sessão de transferência de conhecimento da instalação e configuração dos equipamentos e suas características gerais para até 8 participantes, registrando em ata a data de realização da sessão, o conteúdo abordado e a assinatura dos participantes, devendo ser entregue ao final dessa fase. Também deverá, após a implantação da solução, mediante emissão de ordem de serviço específica, acompanhar os primeiros 30 (trinta) dias úteis dentro do MEC para correção imediata de eventuais problemas e, se for o caso, para realização de melhorias identificadas após a implantação. Por fim, deverá ainda realizar operação assistida nas 24 horas corridas pós implementação da solução, corrigindo, quando necessário, eventuais problemas decorrentes da execução.

- **Etapas 05 - elaboração e entrega da documentação (as-built) do ambiente instalado**, a CONTRATADA deverá entregar ao CONTRATANTE toda documentação do ambiente instalado, descrevendo em detalhes todos os aspectos de configuração, topologia e instalação do equipamento.

4.10 Requisitos de Implantação

Os serviços deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descrito neste Termo de Referência. O quadro abaixo descreve o prazo macro para a entrega da solução de maneira completa:

Período de implantação operacional		
ID	DESCRIÇÃO DO MARCO	PRAZO LIMITE (EM DIAS)
1	Prazo limite para início da execução contratual (entrega dos bens e implantação da solução conforme cronograma e plano de implantação aprovados)	Em até 60 (sessenta) dias corridos, após assinatura do CONTRATO
2	Prazo limite para adaptação(ões) e ajustes necessários ao alinhamento e/ou adequação de seus processos internos e outras transições necessárias de modo a assegurar a execução satisfatória dos serviços.	Limitado aos 30 (trinta) primeiros dias úteis, após a implantação da solução

4.11 Requisitos de Garantia e Suporte Técnico

A CONTRATADA deverá prover GARANTIA e SUPORTE TÉCNICO da solução fornecida, incluindo todos os seus componentes, pelo prazo de **60 (sessenta) meses** contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo – incluindo suporte do fabricante e fornecimento de peças de reposição e correção de falhas de software e hardware.

A CONTRATADA deverá apresentar comprovação formal da aquisição da garantia técnica junto ao FABRICANTE¹, abrangendo todos os equipamentos e software(s) da solução. A entrega da garantia técnica do fabricante não exclui a responsabilidade da CONTRATADA da prestação de suporte on-site da solução.

A LICITANTE deve apresentar em detalhes todos os códigos, partnumbers, SKU's etc. da garantia do fabricante na proposta de preço a ser enviada após a etapa de lances e/ou como parte da documentação de entrega da solução (antes da emissão do Termo de Recebimento Definitivo).

A CONTRATADA deverá garantir o funcionamento dos equipamentos, incluindo todos os serviços, configurações e fornecimento de peças, durante toda a vigência da garantia.

Toda a garantia deve ser ofertada pelo fabricante, podendo o atendimento de suporte técnico ser realizado pela empresa CONTRATADA ou pelo próprio fabricante. O fabricante deve possuir site na internet com a disponibilização de manuais, drivers, firmwares e todas as atualizações existentes relativas aos equipamentos ofertados. A CONTRATADA deverá ser pertencente à rede autorizada do fabricante e devidamente capacitada para tal função.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

Os serviços referentes à garantia, assistência técnica dos equipamentos (preventiva e corretiva), e respectivos serviços de suporte técnico, devem estar disponíveis **em regime 24x7** (24 horas por dia, 7 dias por semana) tanto na modalidade on-site (presencial), sendo realizados no Ministério da Educação-MEC, localizado na Esplanada dos Ministérios, Bloco “L”, Brasília/DF, quanto na modalidade remota, para casos em que este tipo de modalidade não impacte o atendimento.

4.11.1 Da Cobertura da garantia

Durante o período de vigência da garantia, o CONTRATANTE terá o direito de recebimento de todas as novas licenças, versões ou releases dos softwares envolvidos, bem como de softwares que eventualmente venham a ser substituídos.

Deve cobrir defeitos em quaisquer dos componentes físicos dos produtos fornecidos, incluindo a substituição completa ou parcial de produtos que venham a apresentar problemas de funcionamento, sem ônus adicional para o CONTRATANTE.

Deve englobar, também, todos os softwares envolvidos (firmwares, drivers, sistema operacional, sistema de gerenciamento, etc.).

Durante o prazo de vigência da garantia a CONTRATADA deverá prestar suporte e assistência técnica aos bens, por meio de manutenção corretiva e preventiva, troca e reposição de componentes e peças, às suas expensas.

Durante o serviço de manutenção corretiva ou preventiva, a CONTRATADA deverá executar procedimentos técnicos destinados ao reparo de eventuais falhas apresentadas nos equipamentos, de modo a recolocar os equipamentos com defeito em seu pleno estado de funcionamento e de uso, dentre os quais se incluem a substituição de peças de hardware, ajustes e reparos técnicos, em conformidade com manuais e normas técnicas especificadas pelo fabricante ou a substituição por um novo equipamento, sem uso e no mesmo modelo e padrão apresentado na proposta ou superior.

4.11.2 Substituição de equipamentos, peças ou componentes

A substituição de equipamento, peça ou componente defeituoso, em qualquer caso, deverá ser realizada por item equivalente, ou que possua características superiores, desde que homologadas pelo fabricante como parte compatível da solução. As peças e insumos de substituição devem ser originais, novas, de primeiro uso, não sendo aceitas peças reconcondicionadas.

Se após a segunda manutenção corretiva, dentro de um período de 90 (noventa) dias, persistirem os mesmos problemas técnicos, a CONTRATADA deverá providenciar a substituição do produto por outro com características e capacidades iguais ou superiores, em até 5 (cinco) dias úteis, às suas expensas.

O descarte sustentável das peças ou componentes deverão ocorrer às expensas da CONTRATADA.

4.11.3 Registro de atendimento

A CONTRATADA deverá disponibilizar serviço de atendimento de chamados técnicos, via central telefônica, para abertura de chamados através de ligação gratuita (Central 0800), ou diretamente via website, ambos em língua portuguesa, inclusive com registro de protocolo para fins de acompanhamento.

A CONTRATANTE poderá abrir chamados de manutenção diretamente no Fabricante, sem necessidade de prévia consulta e/ou qualquer liberação por parte da CONTRATADA. Não deve haver limite para aberturas de chamados, sejam de dúvidas/configurações e/ou resolução de problemas de hardware ou software.

A abertura de chamados poderá ser realizada através de telefone 0800 do Fabricante, através da página da WEB do Fabricante ou através de endereço de e-mail do Fabricante, sendo que o atendimento telefônico deve ser realizado em português.

Os atendimentos técnicos deverão ser registrados com a identificação do equipamento (modelo e número de série/etiqueta de serviço), a descrição clara dos problemas identificados e os procedimentos adotados para a sua resolução, além de outras informações que se façam necessárias para consultas posteriores.

A CONTRATADA deverá observar o cumprimento dos prazos de solução estipulados neste Termo de Referência e seus Apêndices, que se iniciará a partir do registro da solicitação do serviço de assistência técnica. Durante toda vigência da garantia, a CONTRATADA deverá manter a base de conhecimento de problemas, bem como o histórico dos reparos ou substituições com links das páginas de suporte na internet.

4.11.4 Da equipe profissional envolvida

A execução dos serviços de suporte e manutenção, deverá ser realizada por profissionais certificados pelo fabricante da solução fornecida, sendo impreterível a apresentação de documentação original do fabricante que comprove a validade da certificação enquanto durar a GARANTIA, podendo esta ser solicitada a qualquer momento. Na ausência de programa de certificação, o profissional deve apresentar certificado de conclusão de treinamentos do fabricante, relativos as tecnologias que compõem o objeto desta contratação.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

4.11.5 Da manutenção preventiva

A manutenção preventiva, que deverá ser realizada semestralmente, será destinada a realizar quaisquer operações, como avaliações da rede, ajustes de configuração ou atualizações de softwares, que previnam perdas de desempenho, indisponibilidades ou exploração de vulnerabilidades da solução.

A manutenção preventiva também será acionada para analisar, detectar e expor problemas na rede, ainda não identificados pela equipe técnica do CONTRATANTE, usando software e ferramentas de diagnóstico especializados. Essa análise imparcial e informativa deverá ser compilada em relatórios abrangentes que podem incluir recomendações sobre como melhorar o desempenho, otimizar dispositivos e corrigir problemas.

Durante a manutenção preventiva a CONTRATADA deverá analisar a solução, sua condição atual de funcionamento, seus registros (logs) de sistema e sugerir mudanças para uma melhor prática de utilização da solução. A equipe técnica do CONTRATANTE decidirá sobre a aplicação ou não das recomendações apresentadas.

Durante o período de vigência da garantia, quando for o caso, todos os firmwares e softwares deverão ser atualizados pela CONTRATADA a cada nova versão ou correção, sem nenhum custo adicional para ao CONTRATANTE.

4.11.6 Da manutenção corretiva

A manutenção corretiva será destinada a resolver os defeitos apresentados pelos componentes de software e hardware de toda solução, compreendendo, também, a atualização de versões e correções dos componentes de software e hardware que se fizerem necessários.

A manutenção corretiva será realizada sempre que a solução apresentar defeito ou falha que impeça o seu funcionamento regular e requeira uma intervenção técnica especializada, ou mesmo a substituição de seus componentes, podendo ser solicitada a qualquer momento em que o sistema apresente pane, deficiência ou dificuldade de operação.

As visitas para prestação do serviço de manutenção corretiva, independentemente da quantidade necessária, não implicarão em custos adicionais para ao CONTRATANTE.

4.12 Requisitos de Experiência Profissional

Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados nos produtos em questão, bem como com todos os recursos ferramentais necessários para a prestação dos serviços.

4.13 Requisitos de Formação da Equipe

Os serviços deverão ser prestados por técnicos devidamente capacitados, de acordo com os critérios estabelecidos neste Termo de Referência e seus Apêndices.

4.14 Requisitos de Metodologia de Trabalho

A execução dos serviços está condicionada ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Serviço (OS) emitida pela Contratante.

A OS indicará o serviço, a quantidade e a localidade na qual os deverão ser prestados.

O Contratado deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento.... horas por dia e..... dias por semana de maneira eletrônica e horas por dia e dias por semana por via telefônica.

A execução do serviço deve ser acompanhada pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

4.15 Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade, sob o ponto de vista da Área de Tecnologia da Informação e Comunicação, com a finalidade de garantir a disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações e a privacidade dos dados.

No que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade” deverá ser observado (vide item 7, do Anexo I, da IN SGD/ME nº 94/2022).

Algumas categorias de requisitos de segurança da informação e privacidade são: implementação e manutenção de controles criptográficos para armazenamento, tráfego e tratamento da informação; implementação de controles de acesso; implementação de controles necessários para o registro de eventos e incidentes de segurança da informação e privacidade; implementação e manutenção de controles específicos para registro de eventos e rastreabilidade de forma a manter trilha de auditoria de segurança da informação e privacidade; implementação de medidas de salvaguarda para os logs; procedimentos e controles adequados para compartilhamento, uso e proteção da informação e os casos de compartilhamento de informações com terceiros; execução periódica de análise de vulnerabilidades na Solução de TIC; implementação de mecanismos de segurança da informação e privacidade relativos à Internet das Coisas (IoT), diretrizes para o desenvolvimento e obtenção de software seguro, etc.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

4.16 Vistoria

A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 9:00 horas às 18:00 horas, com duração estimada de 01 (uma) hora, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone (61) 2022-2113/2713 ou, preferencialmente, através do e-mail stic.gpa@mec.gov.br.

Caso seja realizada a Vistoria Técnica, a licitante deverá comprovar, por meio Atestado de Vistoria Técnica (**APÊNDICE 14** – Modelo de Declaração de Vistoria ou Declaração de opção pela não realização de vistoria) a realização da referida vistoria.

O prazo para VISTORIA iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.17 Outros Requisitos Aplicáveis

4.17.1 Da propriedade intelectual

O CONTRATANTE, para todos os efeitos da aplicação da Lei nº 9.609/98, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e regulamentos correlatos, é o **único proprietário** de licença das soluções desenvolvidas e/ou sustentadas, devendo a CONTRATADA, quando aplicável, cedê-la ao CONTRATANTE, mediante cláusula contratual, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 9.610/98. Desse modo, pertence exclusivamente ao CONTRATANTE:

- Direitos de propriedade intelectual das soluções de *software* desenvolvidas e das partes em desenvolvimento, de forma permanente, permitindo a essa a qualquer tempo distribuir, alterar e utilizar os mesmos sem limitações de licenças restritivas;
- Os projetos, suas especificações técnicas, documentação, códigos-fonte de programas, dados de identificação dos técnicos desenvolvedores e todos os produtos/artefatos gerados na execução do contrato, para o caso de instrução de processo de registro do Sistema no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI) pelo CONTRATANTE;
- Os direitos permanentes de uso e instalação sobre todas as adequações das soluções software e atualizações corretivas ou a arquivos e rotinas a ele associadas, desenvolvidas em decorrência do Contrato, sem ônus adicionais ao CONTRATANTE; e
- Todos os direitos autorais da solução, documentação, "*scripts*", códigos-fonte e congêneres desenvolvidos durante a execução dos produtos/artefatos são do CONTRATANTE, ficando proibida a sua utilização pela CONTRATADA sem a autorização expressa do CONTRATANTE.

O ambiente de desenvolvimento do CONTRATANTE poderá ser replicado totalmente em ambiente seguro da CONTRATADA, em HOMOLOGAÇÃO e PRODUÇÃO, sendo de responsabilidade da empresa CONTRATADA arcar com todas as despesas de licenciamento e garantias de modo a manter os ambientes identicamente replicados e licenciados.

A CONTRATADA não poderá repassar a terceiros, em nenhuma hipótese, códigos-fonte ou qualquer informação sobre a arquitetura ou documentação de soluções do CONTRATANTE – assim como dados ou metadados trafegados, produtos/artefatos desenvolvidos e entregues – ficando responsável juntamente com o CONTRATANTE por manter a segurança da informação relativa aos dados e códigos durante a execução das atividades e também em período posterior ao término da execução dos produtos (período de garantia técnica).

É de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA a aquisição de *softwares* e componentes adicionais de apoio à execução dos serviços além daqueles disponibilizados pelo CONTRATANTE em seu ambiente, não havendo qualquer responsabilidade reversa ao CONTRATANTE concernente a custos de licenciamento, titularidade dos direitos de propriedade e outros direitos de propriedade intelectual sobre os programas.

As bases de dados geradas em função da prestação dos serviços pertencem ao CONTRATANTE e a ele devem ser entregues pela CONTRATADA ao final do CONTRATO, ou sempre que solicitadas.

4.17.2 Do tratamento de dados pessoais

A participação no licitatório importa na manifestação de inequívoco consentimento do titular dos dados pessoais que tenham se tornado públicos como condição para participação na licitação e para contratação, para tratamento pelo Ministério da Educação, na forma da Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), seja o titular pessoa física direta ou indiretamente relacionada a licitante, inclusive sócios, empregados contratados e/ou terceirizados, quando for o caso.

Os LICITANTES licitante estão cientes de que esta Administração - controladora dos dados – sempre que possível tomará decisões referentes ao tratamento de seus dados pessoais, bem como realizará o tratamento de tais dados, envolvendo operações como as de

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

O Ministério da Educação fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do Titular com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para finalidade específica, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

Caberá às licitantes e ao Ministério da Educação proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, garantindo que:

- a) O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos Arts. 7º e/ou 11 da Lei nº 13.709/2018 o qual se submete o objeto deste Edital, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular, respeitadas as regras previstas pelos artigos 23 a 30 da Lei nº 13.709/2018;
- b) O tratamento seja limitado às atividades necessárias para atingir as finalidades de execução do objeto contratado;
- c) O Ministério da Educação poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular durante todo o período em que eles forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste edital;
- d) Os dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido;
- e) O Titular tem direito a obter desta Administração a relação dos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição formal, conforme art. 18 da LGPD;
- f) O Ministério da Educação responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito; e
- g) Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o Ministério da Educação comunicará ao Titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao Titular.

4.17.3 Das condições de confidencialidade e segurança das informações

A CONTRATADA deverá manter sigilo – sob pena de responsabilização civil, penal e/ou administrativa – sobre quaisquer dados, informações, códigos-fonte e/ou artefatos contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias, incluindo meios de armazenamento e transferência, de que venha a ter conhecimento durante a execução do CONTRATO, não podendo, sob qualquer pretexto divulgar, reproduzir ou utilizar tais informações – independentemente da classificação de sigilo conferida pelo CONTRATANTE ou por terceiros a tais documentos.

Será exigido da CONTRATADA a assinatura de TERMO DE COMPROMISSO, pelo qual se compromete a manter o sigilo e a confidencialidade de todas as informações de que venha a ter conhecimento no exercício de suas atribuições, e que ela o exija dos seus empregados que prestarem serviços no ambiente do CONTRATANTE. Por questões de segurança, fica a CONTRATADA obrigada a estender o COMPROMISSO de manutenção do sigilo e segurança das informações a todos os seus colaboradores diretamente envolvidos na execução do CONTRATO. Sendo que o CONTRATANTE reserva o direito de proceder levantamento e/ou confirmação de informações pertinentes à idoneidade de qualquer profissional que venha a ser indicado para a prestação dos serviços.

A CONTRATADA também estará sujeita ao cumprimento das diretrizes aplicáveis estabelecidas na POLÍTICA DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÕES do CONTRATANTE, bem como suas respectivas NORMAS COMPLEMENTARES – às quais ao CONTRATANTE incumbe dar o devido conhecimento.

4.17.4 Da alteração subjetiva

É ADMISSÍVEL a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE à continuidade do CONTRATO.

4.17.5 Da interpretação de termos e/ou especificações conflitantes

Se houver um conflito entre os termos e/ou especificações nos vários documentos de apoio que integram o CONTRATO, incluindo este Termo de Referência e seus Apêndices e/ou Metodologias Técnicas subsidiárias, serão aplicados ordenadamente os seguintes critérios de interpretação:

- a) Na medida em que os termos conflitantes possam ser interpretados de forma arrazoada, de forma que sejam consistentes entre si e com os princípios gerais do CONTRATO, tal interpretação consistente deve prevalecer;
- b) Os termos e/ou especificações estabelecidos nos princípios gerais do CONTRATO e deste TERMO DE REFERÊNCIA prevalecerão sobre um termo conflitante nos documentos de apoio. No entanto, quando o texto dos princípios gerais contiver expressamente linguagem como "exceto conforme disposto de outra forma" ou palavras de significado semelhante, tal linguagem terá pleno

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

vigor e efeito. Assim, em tais casos, o termo e/ou especificação em documento de apoio prevalecerá sobre um termo conflitante neste TERMO DE REFERÊNCIA; e

- c) Os termos conflitantes dentro ou entre documentos de apoio devem ser interpretados dando-se prioridade ao termo cuja aplicação ao assunto em questão esteja mais plenamente consistente em relação aos princípios gerais do CONTRATO e do TERMO DE REFERÊNCIA.

4.17.6 Da não exclusividade

Esta CONTRATAÇÃO é um relacionamento não exclusivo, e a CONTRATANTE não está impedida de obter serviços semelhantes ou idênticos de qualquer outro provedor. Além disso, terá o direito, a seu exclusivo critério, de contratar outro(s) prestador(es) para execução de serviços semelhantes para os quais a CONTRATADA não demonstre capacidade técnica adequada para execução e/ou estejam eventualmente fora do escopo desta contratação.

4.17.7 Dos casos omissos

Este TERMO DE REFERÊNCIA e, de forma inclusiva, seus APÊNDICES e demais documentos de apoio são parte integrante do CONTRATO, independentemente de transcrição.

Em nenhuma hipótese os LICITANTES e/ou a futura CONTRATADA poderão alegar o desconhecimento das condições para a perfeita compreensão do objeto, o cumprimento das exigências de habilitação e/ou a integral execução contratual nos termos previstos neste instrumento, em seus encartes e no CONTRATO. O CONTRATANTE reserva para si o direito de corrigir eventuais erros de digitação, compilação ou transcrição de informações concernentes a esse documento e a seus anexos.

4.18 Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- a) A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental. Destaca-se, as recomendações contidas no Capítulo III, DOS BENS E SERVIÇOS, com ênfase no art. 5º da Instrução Normativa nº 01/2010 STI/MPOG, bem como, o Decreto nº 7.746/2012 que estabelece critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e a Lei nº 12.305/2010 que institui a política de resíduos sólidos, no que couber.
- b) É dever da CONTRATADA observar entre outros: o menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.
- c) A abertura de chamados técnicos e encaminhamentos de demandas deverão ser realizados, preferencialmente, sob a forma eletrônica, evitando-se a impressão de papel. Além disso, as configurações de hardware e software deverão ser realizadas visando alto desempenho com a utilização racional de energia.

4.19 Subcontratação

Será admitida pela administração a subcontratação parcial do objeto da licitação, restando claro que a Administração se exime de toda vinculação que poderá advir da relação da licitante vencedora com a empresa subcontratada em todos os aspectos cíveis, trabalhistas, criminais, danos a terceiros e outros restando claro que a responsabilidade pelos defeitos na execução ou entrega do objeto serão imputados exclusivamente a empresa licitante vencedora.

A subcontratação será admitida apenas para a parcela relativa ao **Item 8 – Serviços agregados de projeto, implantação, instalação, configuração e operação assistida**, sendo vedada para os demais itens. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens e/ou serviços a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores, no caso da hipótese prevista no artigo 48, II, da LC 123/2006.

São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

- a) Comprovação da regularidade fiscal, previdenciária e trabalhista da(s) sociedade(s) subcontratada(s), através do SICAF e/ou através das certidões previstas no EDITAL;
- b) Comprovação proporcional de capacidade técnica para execução dos serviços subcontratados, segundo os mesmos critérios dos Atestados de Capacidade Técnica previstos neste TERMO DE REFERÊNCIA;
- c) Certidão negativa de pedido de falência, concordata ou recuperação judicial ou extrajudicial, expedida na sede da pessoa jurídica subcontratada;
- d) Termo de Confidencialidade e Segurança das Informações assinado pelo representante legal da subcontratada; e

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

- e) Anuência/autorização prévia da ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, a quem exclusivamente incumbe avaliar se a subcontratada cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.

Em nenhuma hipótese será admitida a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação assumida pela CONTRATADA. Também não será admitida subcontratação para o fornecimento de bens, exceto quando estiver vinculado à prestação de serviços acessórios.

Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação – assim como permanece a responsabilidade da CONTRATADA pelo atendimento aos critérios de aceitação, cumprimento de requisitos técnicos e atendimento aos níveis mínimos de serviço.

Não será admitida a subcontratação se a CONTRATADA não apresentar os documentos arrolados acima; se a(s) sociedade(s) a ser(em) subcontratada(s) estiver(em) suspensa(s) de contratar e licitar com o CONTRATANTE; e/ou se estiver(em) impedida(s), por qualquer motivo, de receber recursos públicos.

Quando utilizada a SUBCONTRATAÇÃO nos termos do art. 7º do Decreto nº 8.538/2015 incluem-se às responsabilidades da CONTRATADA:

- Comprovar, ao longo da vigência contratual, a regularidade fiscal das microempresas e/ou empresas de pequeno porte subcontratadas no decorrer da execução do contrato, quando se tratar da subcontratação prevista no artigo 48, II, da Lei Complementar n. 123, de 2006;
- Substituir a empresa subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando o órgão ou entidade contratante, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada; e
- Responsabilizar-se pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação.

4.20 Garantia da Contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5 PAPÉIS E RESPONSABILIDADES

São obrigações do CONTRATANTE:

- nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecedor de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- receber o objeto fornecido pelo contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

São obrigações do Contratado:

- indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

- c) reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;
- d) propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- e) manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- f) quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- g) quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- h) ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- i) fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, quando for o caso.

6 MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

6.1 Condições de Execução

A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

6.1.1 Da vigência contratual

A vigência inicial do CONTRATO será de 1 (um) ano, contados da data de sua assinatura, sem possibilidade de prorrogação.

O término da vigência do contrato não exonera a CONTRATADA de sua responsabilidade em promover e assegurar a assistência técnica em garantia, nos moldes postos no item 4.11 e seus subitens deste Termo de Referência, estando sujeita, na hipótese do descumprimento da responsabilidade assumida e mesmo após expirada a vigência do CONTRATO, às penalidades previstas neste Termo de Referência, sem prejuízo de eventual responsabilidade civil e penal.

6.1.2 Do reajuste de preços

Os preços contratados são fixos e irrevogáveis.

6.1.3 Do local de execução

A entrega dos bens e a execução dos serviços de implantação, configuração, atualização, suporte e reparo dos equipamentos especificados, devem ser, via de regra, executados on-site no MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, tendo como unidade gestora a Subsecretaria de Tecnologia da Informação – cujo endereço de referência é: Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Anexo II, 1º Andar, CEP 70.047-900, Brasília/DF. Caso a EQUIPE DE FISCALIZAÇÃO do contrato entenda ser possível a execução remota dos serviços de suporte técnico, os mesmos deverão ser realizados somente mediante autorização prévia, na forma e condições pré-estabelecidas através de mecanismos de comunicação formais.

Desta forma, considerando que os serviços também poderão ser executados remotamente, a execução das atividades fora das dependências do CONTRATANTE, em nenhuma hipótese, irá gerar custos e obrigações adicionais para pagamento, devendo estes custos serem exclusivos da CONTRATADA.

6.1.4 Dos horários de execução contratual

A definição dos horários para a execução das atividades nas instalações do CONTRATANTE ocorrerá preferencialmente considerando os horários de expediente no Ministério da Educação, ou mediante acordo entre as partes desde que atendidas as necessidades do CONTRATANTE e os requisitos de bens e serviços que compõe a solução.

Como **padrão** e quando não especificado em contrário¹, considerar-se-á como **dia útil** o período de **08:00 (oito) horas úteis**, compreendido no intervalo entre **08:00h às 18:00h**, nos dias em que houver expediente no CONTRATANTE. Exceto nas condições claramente definidas nas especificações e requisitos de cada item de serviço, atividades eventualmente realizadas fora do horário de

¹ Quanto aos horários, disponibilidade e cobertura dos serviços destacamos que havendo requisito específico que disponha em contrário este prevalecerá sobre a definição padrão, que possui caráter genérico.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

expediente, aos sábados, domingos e feriados, sejam no ambiente da CONTRATADA ou no ambiente do CONTRATANTE, não implicarão nenhum acréscimo ou majoração nos valores pagos à CONTRATADA.

Os prazos específicos, quando não fixados neste TERMO DE REFERÊNCIA, serão consignados na respectiva ORDEM DE SERVIÇO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão contados em horas úteis e/ou dias úteis.

A interrupção na execução dos serviços por parte da CONTRATADA não interrompe a contagem dos prazos de execução contratual ou daqueles previstos nas respectivas ORDENS DE SERVIÇO, salvo por motivo **formalmente justificado** pela CONTRATADA e aceito pelo CONTRATANTE.

As manutenções que exijam paralisação do ambiente, ou que coloquem em risco sua disponibilidade, devem ser programadas para execução fora do horário de expediente do CONTRATANTE (antes das 6:00 ou após às 22:00 horas, em dias úteis, ou em finais de semana e feriados), ou outros horários, em comum acordo com o CONTRATANTE.

6.1.5 Do provimento de recursos necessários à execução contratual

O CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA durante a vigência do CONTRATO e exclusivamente com a finalidade de execução do OBJETO contratado:

- a) Acesso físico às dependências relacionadas à prestação dos serviços;
- b) Acesso lógico e os respectivos privilégios adequados nos sistemas, aplicações e ferramentas necessárias a perfeita execução dos serviços, exclusivamente para os profissionais diretamente envolvidos em sua execução;
- c) Instalações e mobiliário necessários à execução dos serviços, não sendo permitido à CONTRATADA alocar nas dependências do CONTRATANTE profissionais que não atuem diretamente na execução do CONTRATO; e
- d) Acesso aos ambientes tecnológicos e soluções de software de sua propriedade necessário(s) à execução das atividades contratadas, não desobrigando a CONTRATADA de fornecer eventuais soluções de *software* quando especificadas no escopo da contratação.

À CONTRATADA caberá fornecer todos os demais recursos e condições técnicas necessárias à execução dos serviços, incluindo ferramentas específicas, materiais de apoio, materiais de identificação etc.

Com relação ao uso dos recursos de impressão do CONTRATANTE, a CONTRATADA somente efetuará as impressões estritamente associadas às atividades técnicas vinculadas aos serviços demandados pelo CONTRATANTE.

Com relação ao uso de recursos de telefonia do CONTRATANTE a CONTRATADA poderá fazê-lo em atendimento à estrita necessidade do serviço, podendo o CONTRATANTE estabelecer meios de controle adequados.

Os recursos de transporte providos pelo CONTRATANTE não poderão ser utilizados pela CONTRATADA, exceto quando na companhia de servidor do CONTRATANTE para atendimento a demandas do serviço.

Com relação ao uso de recursos tecnológicos (*hardware* e/ou *software*) da CONTRATADA no ambiente do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá observar que, no caso de optar por utilizar e/ou instalar alguma solução tecnológica no ambiente para apoio à prestação de serviços, fica obrigada a solicitar a autorização prévia à implementação para que o CONTRATANTE decida a respeito da adequação e possa adotar todas as providências cabíveis à eventual implementação. A solicitação por parte da CONTRATADA deverá incluir o projeto detalhado de implementação da solução, informando sua descrição, escopo de atuação, infraestrutura necessária, documentação de licenciamento e propriedade, benefícios e vantagens, os recursos profissionais e tecnológicos envolvidos, prazos e níveis de acesso necessários.

Toda solução tecnológica instalada nas dependências do CONTRATANTE, a pedido da CONTRATADA, será de livre acesso de consulta/auditoria aos representantes indicados pelo CONTRATANTE que, ocasionalmente e quando aplicável, pode contemplar – além dos servidores da área de Tecnologia da Informação, equipe de fiscalização contratual e representantes de órgão internos/externos de controle.

Caberá à CONTRATADA toda providência junto ao fabricante/fornecedor e/ou detentor da propriedade intelectual da solução tecnológica quanto à ciência e/ou autorização (se aplicável) das condições de uso do produto nas dependências do CONTRATANTE, afastando qualquer interpretação de aquisição da solução tecnológica pelo CONTRATANTE e/ou uso não autorizado.

Com relação ao espaço físico e aos recursos tecnológicos, a CONTRATADA deve estar ciente de que os recursos fornecidos serão os mesmos disponibilizados pelo CONTRATANTE a seus colaboradores próprios e que devem ser usados durante a vigência do CONTRATO exclusivamente para a execução dos serviços contratados.

6.1.5.1 Da responsabilidade pelos recursos para profissionais em regime remoto e/ou híbrido

Os serviços que necessitarem de reuniões com os técnicos e unidades de negócio demandantes do CONTRATANTE, como entendimento e especificação de demanda, elaboração de protótipo, homologações assistidas, implantação etc., consultoria e suporte

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

presencial, caso aplicável, podem ser feitos com a utilização de meios de conexão remota, estando esta deliberação a critério do CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá necessariamente se conectar à rede do CONTRATANTE para entrega/gravação dos artefatos desenvolvidos e para utilização dos ambientes de desenvolvimento, homologação e/ou produção do CONTRATANTE – situações nas quais devem ser seguidas todas as normas de segurança e acesso aos sistemas e ambientes definidas pelo Ministério da Educação.

É de inteira responsabilidade da CONTRATADA o provimento de recursos computacionais e de conectividade aos seus colaboradores que estejam em regime de trabalho remoto e/ou híbrido – que deve ocorrer em qualidade compatível com as exigências para cada tipo de trabalho.

6.1.6 Da continuidade da prestação dos serviços

A CONTRATADA está sujeita ao cumprimento de regramentos específicos que a obrigam a prover solução de CONTINUIDADE da prestação dos serviços em situações tais como:

- Assegurar, nos casos de ocorrência de greves ou paralisações de seus colaboradores, a continuação da prestação dos serviços, por meio da execução de plano de contingência, inclusive nos casos de greve ou paralisação dos transportes públicos, hipótese em que deverá promover, às suas expensas, os meios necessários para que seus colaboradores cheguem aos seus respectivos locais de trabalho;
- Ao longo da execução do CONTRATO a CONTRATADA ficará obrigada a promover, gradativamente, a transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO;
- Reportar ao CONTRATANTE, imediatamente, qualquer anormalidade, erro ou irregularidade que possa comprometer a execução dos serviços e o bom andamento das atividades, observando as obrigações da CONTRATADA; e
- Providenciar a substituição imediata dos profissionais alocados na prestação dos serviços que eventualmente não atendam aos requisitos mínimos estabelecidos neste TERMO DE REFERÊNCIA, ou mediante solicitação justificada do CONTRATANTE.

6.1.7 Formas de transferência de conhecimento

A CONTRATADA deverá se comprometer a habilitar a equipe de técnicos do CONTRATANTE ou outra por ele indicada no uso de eventuais soluções desenvolvidas e implantadas ou nos produtos fornecidos dentro do escopo do CONTRATO, repassando todo o conhecimento necessário para tal, com vistas a mitigar riscos de descontinuidade dos serviços e de dependência técnica.

A transferência de conhecimentos, no uso das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA, deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais, em eventos específicos de transferência de conhecimento, e preferencialmente à equipe gerencial indicada pela Diretoria de Tecnologia da Informação – se baseando em documentos técnicos e/ou manuais específicos das soluções, entre outros.

6.1.8 Procedimentos de transição e finalização do contrato

6.1.8.1 Da transição contratual

A TRANSIÇÃO CONTRATUAL inicial, a fim de preparar a CONTRATADA a assumir integralmente as obrigações advindas com o CONTRATO, deverá ser viabilizada sem ônus adicional ao CONTRATANTE, e será baseada em reuniões técnicas e repasse de documentos e/ou manuais específicos das soluções desenvolvidas.

O processo de TRANSIÇÃO CONTRATUAL se inicia a partir do momento em que a CONTRATADA assume as responsabilidades, de forma gradual, pelos serviços prestados, preparando-se para o início efetivo da operação. A execução dessa etapa de repasse dos serviços deverá ser finalizada em no máximo **90 (noventa) dias corridos** a partir do início da prestação dos serviços.

EVENTOS DE TRANSIÇÃO CONTRATUAL			
EVENTO	PRAZO DE REFERÊNCIA	DESCRIÇÃO	RESPONSABILIDADE
E ₁	-	Assinatura do CONTRATO	CONTRATANTE / CONTRATADA
E ₂	E ₁ + 10 dias	Apresentação da GARANTIA CONTRATUAL	CONTRATADA
E ₃	E ₁ + 5 dias	REUNIÃO INICIAL	CONTRATANTE / CONTRATADA
E ₄	E ₁ + 30 dias	Apresentação do PLANO DE IMPLANTAÇÃO	CONTRATADA
E ₅	E ₃ + 60 dias	Início da execução do CONTRATO e implantação da solução	CONTRATADA
E ₆	E ₄ + 90 dias	Encerramento da TRANSIÇÃO CONTRATUAL, que coincidirá com o término do período de operação assistida	CONTRATADA

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.8.2 Do encerramento contratual

Ao término do CONTRATO, seja por decurso de vigência ou por rescisão antecipada, a CONTRATADA fica obrigada a promover atividades de encerramento contratual, adotando um plano de transição final, com transferência de tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, capacitando, se solicitado, os técnicos do CONTRATANTE ou os da nova pessoa jurídica que continuará a execução dos serviços, sem ônus adicional ao CONTRATO.

Um Projeto de TRANSIÇÃO FINAL, endereçando todas as atividades necessárias para a completa transição, deverá ser entregue pela CONTRATADA ao CONTRATANTE. Esse projeto de gerenciamento de serviços de transferência contratual final será conduzido de acordo com as seguintes ações:

Após o término do CONTRATO, a contratada deverá retirar todo e qualquer bem de que seja proprietária e que, eventualmente, esteja alocado nas instalações do CONTRATANTE, assim como providenciar a devolução de recursos que lhe tenham sido eventualmente cedidos pelo CONTRATANTE e, quando for o caso, a desinstalação de recursos de *software* de sua propriedade mantidos no ambiente do CONTRATANTE.

6.2 Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

Cada OS conterá o volume de serviços demandados, incluindo a sua localização e o prazo, conforme modelo descrito no **APÊNDICE 09** deste Termo de Referência.

6.3 Mecanismos formais de comunicação

São definidos como mecanismos formais de comunicação, entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA, os seguintes:

- a) Ordem de Serviço;
- b) Ata de Reunião;
- c) Ofício;
- d) Canal de abertura de chamados;
- e) E-mails e Cartas.

6.4 Formas de pagamento

Os critérios de medição e pagamento dos serviços prestados serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

6.5 Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução dos serviços, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

O **Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo**, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e **Termo de Ciência**, a ser assinado por todos os empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação, encontram-se nos **APÊNDICES 10 e 11** deste Termo de Referência.

7 MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e o contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.1 Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período da vigência contratual.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

7.2 Reunião Inicial

Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução dos serviços.

A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, e ocorrerá em até 5 (cinco) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- Presença do representante legal da contratada, que apresentará o seu preposto;
- Entrega, por parte da Contratada, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;
- Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência;
- Entregar digitalmente a documentação técnica dos equipamentos previstos nos itens 1, 2 e 3.

A Contratada deverá apresentar:

1. Em até 8 (oito) dias úteis:

- Fornecer a documentação da garantia e suporte da solução.
- Quaisquer atualizações das documentações mencionadas deverão ser fornecidas, sem ônus, durante o período de garantia de todos os softwares.

2. Em até 30 dias corridos:

- Entregar o plano de implantação a ser aprovado pelo MEC, especificando a estratégia de interconexão dos equipamentos (extensão de fibra óptica, fusão ou conectorização), com o fornecimento dos Distribuidores Internos Ópticos (DIOs) no caso de interconexão por conectorização.
- Entregar o plano de testes a ser aprovado pelo MEC para validação do funcionamento dos equipamentos pós-execução.

3. Em até 60 dias corridos:

- Entregar ao CONTRATANTE toda documentação do ambiente instalado, descrevendo em detalhes todos os aspectos de configuração, topologia e instalação dos equipamentos.
- Realização do repasse de conhecimento da instalação e configuração dos equipamentos e suas características gerais.
- Início dos serviços de operação assistida que terão duração de 30 (trinta) dias úteis.

O quadro abaixo descreve os marcos de entrega para os principais componentes da solução:

MARCOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS			
ID	DESCRIÇÃO	PRAZO MÁXIMO	TIPO
M1	Reunião inicial após a assinatura do contrato	D+1	Dia útil
M2	Emissão da OS de fornecimento de bens/serviço	D+1 após M1	Dia útil
M3	Designação do preposto, assinatura do termo de compromisso de manutenção do sigilo, assinatura do termo de ciência individual e entrega da documentação técnica do produto	D+5 após M1	Dia útil
M4	Entrega da documentação de garantia e suporte técnico do fabricante	D+8 após M1	Dia útil
M5	Avaliação da necessidade de extensão, fusão ou conectorização de fibras	D+15 após M1	Dias corridos

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

MARCOS DE ENTREGA E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

ID	DESCRIÇÃO	PRAZO MÁXIMO	TIPO
M6	Entrega do plano de implantação e do plano de testes	D+15 após M5	Dias corridos
M7	Validação do plano de implantação pela CONTRATANTE	D+5 após M6	Dias úteis
M8	Entrega e documentação da solução e repasse de conhecimento (treinamento)	D+60 após M1	Dias corridos
M9	Emissão do termo de recebimento provisório	D+1 após M8	Dias úteis
M10	Execução dos serviços de operação assistida (30 dias úteis)	D+0 após M8	-
M11	Emissão do termo de recebimento definitivo (após validação da conformidade técnica da solução em ambiente de produção)	D+0 após M10	-
M12	Emissão das faturas pela CONTRATADA	D+5 após M11	Dias corridos
M13	Realização do pagamento	D+30 após M12	Dias corridos
M14	Garantia e suporte técnico da solução	Ao longo da vigência do contrato	-

Havendo necessidade, outros assuntos de comum interesse poderá ser tratados na reunião inicial, além dos anteriormente previstos. Toda as atas de reuniões e as comunicações entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, assim como todas as demais intercorrências contratuais, positivas ou negativas, serão arquivadas em processo próprio para fins de manutenção do histórico de gestão do CONTRATO de acordo com os mecanismos de comunicação formais, previstos no quadro abaixo:

MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

ID	FUNÇÃO	DOCUMENTO	EMISSION	DESTINATÁRIO	MEIO	PERIODICIDADE
MC1	Autorizar a execução do contrato	Ordem de Serviço e/ou Ordem de Fornecimento de Bens	CONTRATANTE - Gestor do Contrato e Fiscal Requisitante	CONTRATADA	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Sob demanda
MC2	Abertura de chamados de suporte técnico e garantia	Solicitação de abertura de chamado de suporte técnico e garantia	CONTRATANTE - Fiscal Técnico	CONTRATADA	Eletrônico, telefone e/ou sítio na Internet	Sob demanda
MC3	Registro das reuniões realizadas entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA	Ata de Reunião	CONTRATANTE	CONTRATADA	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	A cada reunião
MC4	Registro de cada solicitação de suporte técnico ou garantia de funcionamento feita pela CONTRATANTE	Relatório de Atendimento Técnico	CONTRATADA	CONTRATANTE - Fiscal Técnico	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Após cada chamado ou sob demanda

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

MECANISMOS DE COMUNICAÇÃO

ID	FUNÇÃO	DOCUMENTO	EMISSOR	DESTINATÁRIO	MEIO	PERIODICIDADE
MC5	Registro das visitas realizadas pelos técnicos da CONTRATADA	Relatório de Visita	CONTRATADA	CONTRATANTE	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Após a realização dos serviços
MC6	Dirimir dúvidas e prestar esclarecimentos acerca de itens presentes no contrato firmado	Ofício	CONTRATADA ou CONTRATANTE	CONTRATADA ou CONTRATANTE	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Sob demanda
MC7	Confirmação da conclusão do atendimento ou chamado técnico	Confirmação da conclusão do atendimento ou chamado técnico	CONTRATANTE – Fiscal Técnico	CONTRATADA	Eletrônico com confirmação de recebimento	Sob demanda
MC8	Acusar o recebimento provisório do objeto da contratação	Termo de Recebimento Provisório	CONTRATANTE – Fiscal Técnico	CONTRATANTE – Gestor do contrato	Papel eletrônico ou com confirmação de recebimento	Sob demanda
MC9	Atestar a qualidade da entrega dos bens e serviços que compõe a solução	Termo de Avaliação de Qualidade	CONTRATANTE – Fiscais Técnico e Requisitante	CONTRATANTE – Gestor do contrato	Papel eletrônico ou com confirmação de recebimento	Sob demanda
MC10	Acusar o recebimento definitivo do objeto da contratação	Termo de Recebimento Definitivo	CONTRATANTE – Fiscais Técnico e Requisitante	CONTRATADA	Papel eletrônico ou com confirmação de recebimento	Sob demanda
MC11	Comunicar autorização para faturamento	Autorização para faturamento	CONTRATANTE – Gestor do contrato	CONTRATADA	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Sob demanda
MC12	Receber notas fiscais/fatura	Nota Fiscal/Fatura	CONTRATADA	CONTRATANTE – Fiscal Administrativo	Papel, eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Após MC11
M13	Comunicar pagamento	Notificação de pagamento	CONTRATANTE – Gestor do contrato	CONTRATADA	Eletrônico com confirmação de recebimento e/ou carta registrada	Após MC12

7.3 Do encaminhamento das demandas

A ORDEM DE SERVIÇO (OS) é o instrumento normativo padrão para formalização das demandas à CONTRATADA. A critério do CONTRATANTE, esse instrumento poderá ser substituído por registros eletrônicos em sistema informatizado hábil – inclusive no que diz respeito ao registro de requisições de serviço.

Encaminhadas as demandas à CONTRATADA, mediante ORDENS DE SERVIÇO, a ciência do PREPOSTO (e/ou do LÍDER TÉCNICO do item de serviço) deve ser registrada em até, no máximo, 01:00 (uma) hora útil após recebimento do documento, na forma hábil

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

pactuada entre as partes (inclusive por intermédio de sistema informatizado). Decorrido esse prazo e não firmada a ciência espontânea, o CONTRATANTE considerará a ORDEM DE SERVIÇO como recebida pela CONTRATADA.

As ORDENS DE SERVIÇOS conterão, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Numeração de identificação (ID);
- b) Título e descrição da solicitação;
- c) Identificação do Gestor do Contrato;
- d) Identificação do responsável pela demanda na área requisitante (Fiscal Requisitante);
- e) Especificações quanto ao tipo e ao volume da demanda (incluindo descrição de macro-atividades a serem executadas, quando aplicável);
- f) Especificação quanto a prazos de execução;
- g) Expectativa de remuneração, quando for o caso; e
- h) Outras informações necessárias, quando for o caso.

Os prazos específicos, quando não fixados no modelo de execução ou nos requisitos específicos do ITEM DE SERVIÇO, serão consignados na respectiva ORDEM DE SERVIÇO. Como padrão e quando não especificado em contrário, todos os prazos serão considerados horas corridas e/ou dias úteis – conforme o caso.

As ORDENS DE SERVIÇO serão numeradas sequencialmente a partir da primeira ordem emitida acompanhada com o ano correspondente ao de sua abertura. Ao início de um novo ano, a numeração da OS poderá ser reiniciada. As Ordens de Serviços poderão ser abertas e gerenciadas por meio de sistema informatizado. Um modelo genérico de ORDEM DE SERVIÇO é apresentado no **APÊNDICE 09** deste Termo de Referência sendo que, a critério do CONTRATANTE, este modelo poderá ser alterado a qualquer tempo para atender às necessidades do serviço – devendo manter as informações mínimas necessárias à sua correta execução.

A abertura de ORDENS DE SERVIÇO observará a capacidade de gestão do CONTRATANTE para gerenciar projetos e acompanhar demandas. Assim, como poderão ser replanejadas a qualquer momento a critério do CONTRATANTE, considerando suas necessidades e prioridades, o que será registrado no Histórico de Ocorrências.

A critério do CONTRATANTE, as ferramentas utilizadas nos processos e os modelos e padrões dos produtos e artefatos poderão ser atualizados em razão de evolução tecnológica ou metodológica, devendo a CONTRATADA se adequar em até 30 (trinta) dias corridos. O CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, visando a promover melhorias e/ou correções no processo, alterar o protocolo de gestão de ordens de serviços, desde que respeitadas as premissas definidas em EDITAL e mediante prévia comunicação à CONTRATADA.

Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá se recusar a prestar os serviços contratados, negando o recebimento ou o atendimento à ORDENS DE SERVIÇO, exceto nas situações previstas em LEI.

A CONTRATADA deverá comunicar formalmente ao CONTRATANTE quaisquer fatores que possam afetar a execução dos serviços impactando os prazos, os custos ou a qualidade a ser entregue, quer esses fatores sejam provocados por ela ou pelo CONTRATANTE, antecipadamente à ocorrência dos efeitos. A falta dessa comunicação poderá, a critério do CONTRATANTE, implicar a não aceitação das justificativas.

7.3.1 Dos relatórios de serviço

A CONTRATADA deverá disponibilizar RELATÓRIOS DE SERVIÇO com o objetivo de demonstrar as atividades realizadas, os indicadores de nível de serviço e as intercorrências técnicas relacionadas à execução dos serviços.

Desta forma, ao final de cada atendimento, a CONTRATADA deverá apresentar **Relatório Técnico de Atendimento**, contendo, no mínimo: a identificação dos produtos afetados (modelo e número de série/etiqueta de serviço), os horários da solicitação, do atendimento e da solução; a descrição da solicitação, a causa do problema; a solução utilizada; dentre outras informações que poderão ser solicitadas durante a vigência do período de garantia.

A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, **Relatório Técnico de Manutenção Preventiva**, detalhando a saúde da solução, contendo, no mínimo: gráficos de utilização de CPU e memória; utilização de licenças; topologias física e lógica; riscos e vulnerabilidades encontradas; atualizações de softwares lançadas pelo fabricante; recomendações de melhorias, descrição detalhada das manutenções preventivas; dentre outras informações que poderão ser solicitadas durante a vigência do período de garantia.

A CONTRATADA deverá apresentar, sempre que solicitado, **Relatório Técnico de Manutenção Corretiva**, detalhando as atividades realizadas, contendo, no mínimo: relação de atendimentos realizados no mês de referência; gráficos por categorias; descrição dos incidentes ou panes com os correspondentes detalhamentos das soluções aplicadas, inclusive com a relação das peças, equipamentos e componentes substituídos; descrição detalhada das manutenções corretivas; dentre outras informações que poderão ser solicitadas durante a vigência do período de garantia.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

Além disso, sempre que necessário, A CONTRATADA deverá emitir relatório com informações analíticas e sintéticas relacionadas aos produtos adquiridos. Caso qualquer relatório apresente inconformidades, a CONTRATADA deverá reapresentá-lo no prazo de até 1 (um) dia útil, após a notificação. Todos os relatórios deverão ser entregues em formato digital.

Ainda, objetivando atestar a veracidade e a fidedignidade das informações e dados apresentados pela CONTRATADA, o CONTRATANTE poderá, a seu critério, exigir a comprovação das informações prestadas pela CONTRATADA, quer através do fornecimento de dados brutos ou através de auditoria nas ferramentas utilizadas para geração e tratamento desses dados. A recusa, a morosidade ou a comprovada má-fé da CONTRATADA em prover tais informações é passível de sanção através da aplicação das penalidades administrativas e contratuais cabíveis.

7.4 Fiscalização

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput), nos termos do art. 33 da IN SGD nº 94, de 2022, observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

6.3.1. Fiscalização Técnica

O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da IN SGD nº 94, de 2022, acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

- a) O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);
- b) Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- c) O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- d) No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- e) O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.3.2. Fiscalização Administrativa

O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022, verificará a manutenção das condições de habilitação do contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

- a) Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.3.3. Gestor do Contrato

O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022, coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme disposto neste item.

8.1 Regras Gerais

A CONTRATADA será remunerada pelo fornecimento dos bens e prestação dos serviços agregados previstos no OBJETO em parcela única, após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

Sobre o valor devido poderão incidir eventuais descontos/glosas em função do não cumprimento de prazos e/ou outras obrigações contratadas, conforme recomendado nas normas aplicáveis às contratações públicas de Tecnologia da Informação por órgãos e entidades da Administração Pública Federal, considerando a análise de alternativas realizada no ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR e o disposto na Súmula TCU nº 269, in verbis:

“Nas contratações para a prestação de serviços de tecnologia da informação, a remuneração deve estar vinculada a resultados ou ao atendimento de níveis de serviço, admitindo-se o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço somente quando as características do objeto não o permitirem, hipótese em que a excepcionalidade deve estar prévia e adequadamente justificada nos respectivos processos administrativos”. [Súmula TCU nº 269]

Ainda, em atenção ao disposto na Instrução Normativa 94/2022/SGD/ME, todas as atividades inerentes ao ciclo de vida dos serviços contratados estão incluídas na métrica de pagamento em função dos resultados e/ou produtos entregues, de forma que o CONTRATANTE não efetuará pagamentos adicionais por quaisquer atividades já incluídas no escopo desses serviços.

As eventuais reduções à remuneração serão aplicadas até o **limite de 40% (quarenta por cento) do faturamento** (MENSAL e/ou por ORDEM DE SERVIÇO, conforme o caso), podendo o CONTRATANTE aplicar acumuladamente outras sanções administrativas cabíveis, quando for o caso, exceto nas situações em que restar comprovado que a CONTRATADA não concorreu de maneira omissiva e/ou comissiva para o não cumprimento dos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO exigidos.

Exceto quando expressamente previsto, o CONTRATANTE não pagará à CONTRATADAS quaisquer taxas adicionais, reembolsos ou despesas de mão de obra e despesas gerais envolvidas na execução dos serviços contratados.

Exceto conforme estabelecido neste documento ou de outra forma estabelecido na documentação complementar aplicável, todos os preços no CONTRATO serão expressos em REAIS (BRL ou R\$).

Para os ITENS 1 a 8 os valores apresentados pela CONTRATADA em sua proposta de preços correspondem ao VALOR MÁXIMO a ser faturado na hipótese de atingimento de todas as metas, requisitos e exigência contratuais.

8.2 Critérios de aceitação dos serviços

A avaliação da qualidade dos serviços prestados no âmbito de cada item/contrato consistirá na verificação dos critérios relacionados a seguir e de outros que possam ser objetivamente definidos nas ORDENS DE SERVIÇO e nos NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO, de acordo com a especificidade da demanda. Os critérios mestres de avaliação dos serviços, produtos e/ou artefatos se baseiam no seguinte:

- a) **Critério de Completude, Consistência e Forma:** serão considerados incompletos os serviços, produtos e/ou artefatos entregues sem que todos os elementos requeridos estejam presentes. Serão considerados inconsistentes os serviços, produtos e/ou artefatos entregues com não conformidades que impeçam o seu uso. São exemplos de não conformidades impeditivas as falhas provocadas pela operação da funcionalidade, comportamentos que estejam em desacordo com os requisitos estabelecidos ou com as especificações do software, bem como inadequações na documentação de natureza funcional. Serão considerados desformatados os serviços, produtos e/ou artefatos entregues com não conformidades

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

relacionadas à forma, inadequações de natureza estética ou o não uso de modelos de documentos definidos pelo CONTRATANTE, desde que a forma implique prejuízo de informações ou descaracterização do artefato ou produto.

- b) **Critério de Qualidade:** as entregas de serviço serão avaliadas com base em sua conformidade com os níveis mínimos de serviço estabelecidos. Entregas que não atingirem o nível mínimo de qualidade poderão ser integral ou parcialmente rejeitadas ou, ainda, ser aceitas com restrições e/ou mediante aplicação de glosa – de acordo com os critérios específicos de cada item de serviço.
- c) **Critério de Desempenho e Produtividade:** as entregas de serviços serão avaliadas com base na expectativa de desempenho mínimo definida. Entregas que não atingirem o nível mínimo de desempenho poderão ser integral ou parcialmente rejeitadas ou, ainda, ser aceitas com restrições e/ou mediante aplicação de glosa – de acordo com os critérios específicos de cada item de serviço.

Além da aplicação dos critérios de aceitação, após o recebimento provisório, os fiscais TÉCNICO, REQUISITANTE e ADMINISTRATIVO também realizarão as seguintes análises:

- a) Identificação de não conformidade com os termos contratuais;
- b) Verificação de aderência aos termos contratuais, a cargo do Fiscal Administrativo do CONTRATO;
- c) Verificação da manutenção das condições classificatórias referentes à pontuação obtida e à habilitação técnica, a cargo dos Fiscais Administrativo e Técnico do CONTRATO;
- d) Encaminhamento à CONTRATADA das eventuais demandas de correção, a cargo do Gestor do CONTRATO ou, por delegação de competência, do Fiscal Técnico do CONTRATO;
- e) Cálculo e encaminhamento à CONTRATADA de indicação de eventuais glosas por descumprimento de níveis mínimos de serviço exigidos por parte do Gestor do CONTRATO.

Caso sejam verificadas irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, o GESTOR DO CONTRATO deve indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas medidas de correção.

8.3 Níveis Mínimos de Serviços exigidos

Os NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO (ou NÍVEIS DE SERVIÇO) definem critérios objetivos e mensuráveis cuja finalidade é aferir e avaliar os resultados dos serviços contratados e o desempenho da CONTRATADA., conforme apresentado mais adiante. Neles encontram-se definidos: a maneira pela qual estes fatores serão avaliados; o nível mínimo aceitável; e os descontos a serem aplicados na fatura, quando o serviço prestado não alcançar o nível esperado.

Os NÍVEIS DE SERVIÇOS devem ser considerados e entendidos pelas CONTRATADA como um compromisso e comprometimento de qualidade que está assumindo para a prestação dos serviços e fornecimento dos bens.

Portanto, no decorrer da execução contratual a CONTRATADA deverá monitorar continuamente seus indicadores, zelando pela qualidade dos serviços e pela efetiva entrega de resultados.

Na medição dos valores para faturamento será apurado o afastamento dos indicadores de medição de resultado em relação às metas estabelecidas. Nos casos em que o afastamento apontar o desempenho abaixo da meta exigida será calculado o valor do ajuste (desconto/glosa) a ser aplicado sobre o faturamento – de acordo com os critérios fixados para cada INDICADOR. Não há previsão de pagamentos adicionais para superação de metas.

Eventualmente poderão existir impedimentos técnicos para o atendimento dos prazos previamente estabelecidos para uma demanda ou indicador. Nesses casos, a CONTRATADA deverá notificar formalmente o CONTRATANTE – ficando a critério exclusivo deste último avaliar os impedimentos, assim como acatar ou rejeitar as justificativas apresentadas.

8.3.1 Indicadores de níveis de serviço

Foram estabelecidos os seguintes indicadores de NÍVEL DE SERVIÇO para a solução, conforme detalhamento a seguir:

Indicadores de Níveis Mínimos de Serviço		
ITEM	INDICADOR	DEFINIÇÃO
TODOS	INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA DOS BENS E SERVIÇOS (IAE)	APÊNDICE 06
TODOS	ÍNDICE DE OCORRÊNCIA DE DESCONFORMIDADES TÉCNICAS (IODT)	APÊNDICE 07
GARANTIA E SUPORTE TÉCNICO (CONTIDO NO ITEM 8)	TAXA DE RESOLUÇÃO DE CHAMADOS TÉCNICOS DENTRO DO PRAZO (TRCP)	APÊNDICE 08

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

8.3.2 Prazos para atendimento de suporte técnico em garantia

Para fins de parametrização dos atendimentos, o serviço de suporte técnico em garantia deverá observar os seguintes prazos:

NÍVEL DE PRIORIDADE	DESCRIÇÃO	PRAZO DE RESOLUÇÃO
1 - Urgente	Há um impacto crítico nos serviços do CONTRATANTE; indisponibilidade do equipamento ou serviço; produto inoperante.	04 (quatro) horas
2 - Muito Importante	Produto parcialmente inoperante; erros, problemas que impactam significativamente os serviços do CONTRATANTE, incluindo degradação de desempenho.	08 (oito) horas
3 - Importante	Problemas contornáveis que não degradam o ambiente de produção; falhas que têm impacto limitado aos produtos sem afetar os serviços do CONTRATANTE.	24 (vinte e quatro) horas
4 - Informação	Não há impacto nos serviços do CONTRATANTE; consulta técnica, informações, dúvidas em geral, assistência com a funcionalidade, emissão de relatórios, operação ou configuração dos produtos envolvidos, e correlatos.	48 (quarenta e oito) horas
5 – Preventiva	Não há impacto identificado nos serviços do CONTRATANTE; avaliações da rede, ajustes de configuração ou atualizações de softwares, que previnam perdas de desempenho, indisponibilidades ou exploração de vulnerabilidades da solução; dentre outras medidas preventivas.	72 (setenta e duas) horas

Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- Não produziu os resultados acordados;
- Deixou de executar as atividades contratadas, ou não as executou com a qualidade mínima exigida;
- Deixou de utilizar os materiais e/ou recursos humanos exigidos para a execução do serviço e/ou utilizou-os com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

8.4 Do Recebimento

Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).

O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 15 (quinze) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

- Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).
- Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à Contratada, por escrito, as respectivas correções;
- Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.5 Procedimentos de Teste e Inspeção

Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo, o CONTRATANTE reserva-se ao direito de promover avaliações, inspeções e diligências visando esclarecer quaisquer situações relacionadas à prestação dos serviços contratados, sendo obrigação da CONTRATADA acolhê-las.

Quando não listados nesse Termo de Referência e/ou em seus Apêndices, os procedimentos de testes e inspeções estarão descritos nas metodologias técnicas associadas a cada grupo/lote do objeto.

8.6 Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela contratante, conforme a tabela abaixo:

Gradação de correspondência para aplicação da sanção de multa		
Grau	Correspondência	Nível
1	Multa de 0,25% sobre o valor da parcela inadimplida	BAIXO
2	Multa de 0,50% sobre o valor da parcela inadimplida	MÉDIO
3	Multa de 1,00% sobre o valor da parcela inadimplida	ALTO
4	Multa de 2,00% sobre o valor da parcela inadimplida	GRAVE

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

Dentre as demais previsões contidas na legislação aplicável, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação da multa de acordo com os níveis de gradação definidos, quando for observada a ocorrência das seguintes infrações, sendo que penalidades decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si:

Id	Descrição das intercorrências de infração contratual	Métrica	Grau
IIC-01	Deixar de providenciar treinamento para seus funcionários, caso previsto na relação de obrigações da CONTRATADA.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	1
IIC-02	Emitir Nota Fiscal sem autorização de faturamento pelo Gestor do Contrato E/OU atrasar a apresentação de Nota Fiscal sem justificativa, em desacordo com o fluxo de fiscalização pactuado.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	1
IIC-03	Deixar de cumprir os requisitos legais, sociais e ambientais relacionados ao objeto contratado, conforme previsto nos requisitos da contratação E/OU deixar de cumprir qualquer outra obrigação contratual explícita ou derivada E/OU deixar de atender a qualquer outro requisito específico dos serviços contratados (explícitos ou derivados).	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-04	Deixar de manter a documentação de habilitação atualizada E/OU recusar-se a apresentar documentos complementares relacionados à sua habilitação, documentação fiscal, documentação trabalhista e/ou documentação previdenciária, quando solicitado.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-05	Executar, durante a vigência contratual, serviço incompleto ou paliativo como por permanente E/OU deixar de realizar a complementação de serviço em razão de incompletude E/OU situação correlata.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-06	Permitir que seus funcionários realizem atividades sem a identificação obrigatória ou sem a utilização de EPI - Equipamento de Proteção Individual (quando o uso de tais equipamentos for necessário) E/OU permitir situação que crie possibilidade de causar ou cause dano físico, lesão corporal ou consequências letais E/OU não instalar EPC (Equipamento de Proteção Coletiva), quando necessário.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-07	Utilizar as dependências ou os recursos do CONTRATANTE para fins estranhos à execução do objeto do CONTRATO E/OU executar o objeto em desacordo com as instruções e normas internas do CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	2
IIC-08	Deixar de cumprir determinação ou instrução formal do CONTRATANTE, inclusive as emitidas pela equipe de fiscalização do CONTRATO.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-09	Deixar de cumprir horários relacionados à prestação dos serviços E/OU deixar de cumprir critérios de disponibilidade E/OU deixar de cumprir requisitos de cobertura ou quaisquer outros requisitos obrigatórios dos serviços contratados, conforme estabelecido em CONTRATO ou determinado, por escrito, pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-10	Recusar-se a entregar ao CONTRATANTE qualquer documentação amparada pelo objeto do CONTRATO ou prevista nas obrigações da CONTRATADA, ou entregá-la com de forma incompleta ou com atraso E/OU fornecer propositalmente, durante a execução contratual, informação incorreta, incompleta ou falsa.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-11	Recusar-se a executar serviço amparado pelo objeto do CONTRATO E/OU recusar-se a corrigir erros ou falhas na execução dos serviços contratados, incluindo o cumprimento da garantia técnica.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-12	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que não atenda aos requisitos mínimos exigidos para o respectivo perfil profissional E/OU deixar de efetuar sua substituição após notificação pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3
IIC-13	Utilizar ou manter na execução direta dos serviços, durante a vigência contratual, funcionário que imprima conduta inconveniente, incompatível com suas atribuições, em desacordo às normas legais e/ou descordo às normas internas estabelecidas pelo CONTRATANTE.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	3

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

Id	Descrição das intercorrências de infração contratual	Métrica	Grau
IIC-14	Agir com dolo ou má-fé durante a execução contratual perante os compromissos assumidos contratualmente E/OU praticar atos de má-fé ciente das consequências que possam vir a ocorrer E/OU praticar de modo a beneficiar-se indevidamente dos resultados.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-15	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vale transporte, vale refeição, seguros, encargos fiscais e sociais, bem como deixar de arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas de sua responsabilidade relacionadas à execução do CONTRATO.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-16	Descumprir reiteradamente critérios de qualidade e/ou níveis mínimos de serviço exigidos, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado, resultando na indisponibilidade dos serviços contratados e/ou no comprometimento dos benefícios e funcionalidades da contratação.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-17	Destruir ou danificar equipamentos ou documentos de propriedade do CONTRATANTE E/OU expor o ambiente tecnológico do CONTRATANTE a riscos de Segurança da Informação, por culpa ou dolo de seus agentes.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-18	Manipular, por quaisquer meios ou estratégias, indicadores de níveis de serviço e/ou relatórios de serviço e/ou bases de dados das ferramentas gerenciais de modo a alterar e/ou interferir indevidamente nos resultados dos serviços prestados e/ou nas avaliações de qualidade e/ou nos indicadores de níveis de serviço.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-19	Recusar, suspender ou interromper a prestação dos serviços contratados, salvo motivo de força maior ou caso fortuito devidamente justificado.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4
IIC-20	Recusar, suspender, interromper ou retardar a apresentação da equipe e/ou de perfis profissionais exigidos para execução contratual e/ou autorizar a atuação de perfis na execução contratual sem prévia aprovação do Contratante.	Por evento/infração e/ou por dia de inadimplemento no cumprimento da obrigação.	4

Nos termos do art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o contratado:

- não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou
- deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

8.7 Liquidação

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

8.7.1 Prazo de pagamento

O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de compensação financeira de correção monetária.

8.7.2 Forma de pagamento

O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

8.8 Cessão de crédito

É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

- a) As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

9 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.1 Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

9.2 Regime de execução

O regime de execução do contrato será por EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.

O processo licitatório NÃO será destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preceitua o art. 6º do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, que regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para estas entidades, pois o valor estimado para o lote pretendido é superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), também não aplicando-se o benefício referente à cota exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, pois o lote se trata de uma única solução, sendo impossível subdividi-la, devido à necessidade de compatibilização de todos os seus componentes/serviços.

9.3 Da classificação do objeto

Os SERVIÇOS a serem contratados são classificadas como em “SERVIÇOS AUXILIARES, INSTRUMENTAIS OU ACESSÓRIOS” à área de competência legal do órgão licitante e, portanto, enquadram-se nos pressupostos do DECRETO Nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º e cuja execução indireta é vedada.

9.4 Da não exigência de dedicação exclusiva de mão de obra

A prestação de serviços **não** envolve “dedicação exclusiva de mão de obra” – nos termos do art. 17 da IN 05/SEGES/MPDG de 26/05/2017 – uma vez que a CONTRATADA poderá compartilhar os recursos humanos e materiais disponíveis para execução simultânea de outros contratos. A prestação dos serviços também não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

9.5 Da participação de consórcios e cooperativas

A admissão ou não de consórcio de empresas e cooperativas em licitações públicas é competência discricionária do Administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Assim, considerando as características do objeto, **não será admitida a participação de consórcios e cooperativas.**

9.6 Da Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

Nos termos da legislação vigente, conforme previsão em Edital, nas aquisições de bens e serviços de informática e automação definidos pela Lei nº 8.248, de 1991, será assegurado o direito de preferência conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010. Sendo que as licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

9.7 Exigências de habilitação

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

9.7.1 Habilitação Jurídica

- a) Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- c) Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- e) Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

- g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

9.7.2 Habilitação fiscal, social e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital, do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- h) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

9.7.3 Qualificação Econômica – Financeira

- a) Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
- c) Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

I - Liquidez Geral (LG) = (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante);

II - Solvência Geral (SG) = (Ativo Total) / (Passivo Circulante + Passivo não Circulante); e

III - Liquidez Corrente (LC) = (Ativo Circulante) / (Passivo Circulante).

Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.7.4 Qualificação Técnica

Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

- a) A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Para fins de qualificação técnica, a LICITANTE deve demonstrar sua aptidão e capacidade técnico-operacional mínima adequada para a execução do OBJETO pretendido mediante comprovação de prestação bem-sucedida de serviços em características e quantidades compatíveis com a presente licitação, mediante apresentação de um ou mais ATESTADO(S) DE CAPACIDADE TÉCNICA que deverão comprovar o atendimento aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Fornecimento de solução de ativos de rede contemplando, no mínimo, 8 (oito) switches do tipo convencional ou chassi com implementação realizada em camadas “spine & leaf”, com uso de portas de conectividade de 10Gbps ou superior – incluindo serviços agregados de projeto, implementação, configuração e suporte técnico/garantia.

Os ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA devem atender, ainda, ao seguinte:

- a) Os ATESTADOS devem evidenciar explicitamente a execução de objeto compatível ao objeto da presente licitação – contendo descrição adequada, clara e suficiente do(s) serviço(s) executado(s) ou em execução;
- b) Os ATESTADOS devem conter a identificação do(s) contrato(s) vinculado(s) e do(s) período(s) a que se referem os serviços executados, podendo considerar contratos já executados ou em execução;
- c) Os ATESTADOS deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária especificada no contrato social vigente do LICITANTE; e
- d) Será admitido o somatório de ATESTADOS para comprovar a capacidade técnico-operacional do LICITANTE.

Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

Convém destacar que, na análise dos atestados de capacidade técnica, o CONTRATANTE primará pela finalidade precípua da exigência, qual seja: a demonstração de que os licitantes possuem condições técnicas para executar o objeto pretendido pela Administração caso venha a sagrar-se vencedor da licitação. Assim, preservada a aderência aos ditames legais e constitucionais fundamentais, o exame documental balizar-se-á nos princípios da razoabilidade, da proporcionalidade e do formalismo moderado – o que, por óbvio, não significa que serão admitidos quaisquer informalismos.

9.7.4.1 Da proposta técnica e de preços

A **PROPOSTA DE PREÇOS** contendo o resumo das condições comerciais proposta deverá ser apresentada de acordo com o modelo do **APÊNDICE 05**, para o Grupo 1 (itens 1 a 8), observando estritamente a descrição dos itens e os quantitativos listados neste Termo de Referência, de forma a possibilitar seu adequado julgamento. Ainda, considerando que a contratação será realizada em grupo único, composto por 08 (oito) itens, as LICITANTES devem oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

Na composição de preços do item “8” devem estar inclusos os custos de fornecimento do Distribuidor Interno Óptico (DIO) e do serviço de extensão, fusão ou conectorização de fibra ópticas – além dos serviços de projeto, implantação, configuração, documentação técnica, operação assistida e transferência de conhecimento.

A PROPOSTA TÉCNICA E DE PREÇOS deverá ter prazo de validade não inferior a **90 (NOVENTA) DIAS CORRIDOS** a partir da data da sessão pública e conter **detalhamento de marca/fabricante e modelo de todos os equipamentos** e softwares ofertados no escopo da solução.

10 ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

A estimativa do custo total da contratação foi elaborada com base nas definições da Instrução Normativa SEGES nº 65, de 7 de julho de 2021, e nas disposições aplicáveis às soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação contidas na Instrução Normativa SGD nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

O custo estimado da contratação é de **R\$3.697.367,52** (três milhões, seiscentos e noventa e sete mil e trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos), conforme custos unitários apostos na tabela abaixo:

Grupo	Item	Descrição do item	Catser	Unidade	Qtde Estimada	Valores máximos estimados	
						Unitário	Total por Item
1	1	Switch Datacenter Tipo 1 (Spine)	122971	Unidade	2	R\$167.786,83	R\$335.573,66

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

Grupo	Item	Descrição do item	Catser	Unidade	Qtde Estimada	Valores máximos estimados	
						Unitário	Total por Item
	2	Switch Datacenter Tipo 2 (Leaf)	122971	Unidade	10	R\$133.200,00	R\$1.332.000,00
	3	Switch Datacenter Tipo 3 (Leaf)	122971	Unidade	4	R\$197.590,96	R\$790.363,84
	4	Plataforma de Gerenciamento	27464	Unidade	1	R\$289.000,00	R\$289.000,00
	5	Cabo AOC com conectores 100Gbe QSFP28 15M	52280	Unidade	30	R\$9.433,27	R\$282.998,10
	6	Cabo AOC com conectores 25Gbe SFP28 10M	52280	Unidade	96	R\$1.433,87	R\$137.651,52
	7	Cabo AOC com conectores 25Gbe SFP28 05M	52280	Unidade	164	R\$1.401,10	R\$229.780,40
	8	Serviço de implantação, instalação e configuração	27111	Unidade	1	R\$300.000,00	R\$300.000,00
VALOR GLOBAL ESTIMADO:						R\$3.697.367,52 (três milhões, seiscentos e noventa e sete mil e trezentos e sessenta e sete reais e cinquenta e dois centavos)	

11 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: 0001 – Administração da Tecnologia da Informação e de Comunicação
- II. Fonte de Recursos: 1000
- III. Programa de Trabalho: 12.122.2109.2000.0053
- IV. Elemento de Despesa: 449052-35; 449040-05; 339040-22
- V. Plano Interno: VKK01N0100N

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Quanto ao cronograma de implantação, consideramos adequado recomendar que esse se dê de forma escalonada visando a garantir o adequado planejamento das ações e a melhor programação orçamentária:

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT/CATSER	NATUREZA DA DESPESA	ESTIMATIVA DE VOLUME
1	Switch Datacenter Tipo 1 (Spine)	122971	449052-35	2
2	Switch Datacenter Tipo 2 (Leaf)	122971	449052-35	10
3	Switch Datacenter Tipo 3 (Leaf)	122971	449052-35	4
4	Plataforma de Gerenciamento	27464	449040-05	1
5	Cabo AOC com conectores (transceivers) 100Gbe QSFP28 15M	52280	449052-35	30
6	Cabo AOC com conectores (transceivers) 25Gbe SFP28 10M	52280	449052-35	96
7	Cabo AOC com conectores (transceivers) 25Gbe SFP28 05M	52280	449052-35	164
8	Serviço de implantação, instalação e configuração	27111	339040-22	1

Assim, considerando a estimativa de custos da contratação e a estimativa de demanda, de acordo com a implantação escalonada sugerida, temos a seguinte composição quanto ao impacto orçamentário e financeiro:

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

11.1 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

GRUPO	NATUREZA	EXERCÍCIO	VALOR PLANEJADO
01	449052-35	2023	R\$3.108.367,52
02	449040-05	2023	R\$289.000,00
03	339040-22	2023	R\$300.000,00
VALOR GLOBAL PREVISTO:			R\$3.697.367,52

12 APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pela Portaria nº 24, de 21 de março de 2023 (SEI nº 3910873), publicada no Boletim de Serviço nº 13, Suplemento A (SEI nº 3927238).

Certificamos que as diretrizes estabelecidas no termo de referência são as adequadas ao atendimento do interesse público envolvido, estando compatíveis com o estudo técnico preliminar da contratação. Além disso, o instrumento contém todos os elementos necessários para a caracterização da contratação, conforme disposição do art. 3º, inciso XI do Decreto nº 10.024, de 2019.

Certificamos, ainda, que as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência atendem às premissas contidas no art. 16 da IN SGD/ME nº 94, de 2022.

Conforme o § 6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 94, de 2022, o Termo de Referência será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC, e aprovado pela autoridade competente.

Brasília/DF, 12 de junho de 2023.

INTEGRANTE REQUISITANTE SUBSTITUTO	INTEGRANTE TÉCNICO	INTEGRANTE ADMINISTRATIVO
Alonso Claudio Pereira da Silva Brito SIAPE nº *****82	Bruno Correa Miranda SIAPE nº *****01	Hélio Barbosa da Silva SIAPE nº *****60
AUTORIDADE DE TIC		
FÁBIO CAMPELO SANTOS DA FONSECA RIBEIRO Subsecretário de Tecnologia da Informação e Comunicação		

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 01 REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO: ITENS 1, 2 E 3

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
1	Os equipamentos deverão ser completamente instalados no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos, contados a partir da data de aceite de entrega;	Produto importado. Prazo de entrega razoável
2	Todas as configurações serão realizadas em conformidade com a recomendação do fabricante dos equipamentos e softwares da solução, boas práticas de implementação recomendada pelo fabricante e os requisitos fornecidos pelo CONTRATANTE para o ambiente em questão;	Boas práticas de mercado para implementações. Seguindo padrões do fabricante vencedor.
3	Os serviços de instalação física e as configurações dos equipamentos poderão ocorrer, a critério do CONTRATANTE, em dias não úteis (sábado e domingo e feriados), no horário acordado com o CONTRATANTE, podendo ocorrer fora do horário comercial;	Em razão das especificidades do ambiente, relacionadas à possibilidade de paradas de serviços é pedido que o serviço de implementação possa ocorrer fora de horário de expediente.
4	A CONTRATADA deverá prover serviços profissionais do fabricante ou técnicos certificados pelo fabricante para efetuar a execução dos serviços de implantação;	A necessidade de profissionais dos fabricantes ou técnicos certificados garante a qualidade da execução na instalação dos projetos.
5	A CONTRATADA deverá fornecer com antecedência mínima de 10 (dias) dias corridos, anteriores a instalação, os dados e a documentação dos profissionais que atuarão na instalação;	Validação dos profissionais que atuarão na instalação e configuração dos equipamentos validando, por meio de documentações e qualificações.
6	A CONTRATADA deverá providenciar todos os materiais necessários à instalação física dos equipamentos;	Condição básica para garantir a completa instalação sem custos adicionais. Solução contratada deverá ser entregue plenamente funcional.
7	A CONTRATADA deve garantir que todos os equipamentos, componentes, acessórios e cabos de conexão para interligar fisicamente todos os componentes da solução sejam entregues;	Garantir que a solução estará 100% funcional e que não faltará nenhum insumo para essa entrega.
8	Toda e qualquer despesa relacionada ao transporte, alimentação e hospedagem dos profissionais envolvidos deverá ocorrer por conta da CONTRATADA, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE;	Garantia da execução sem gerar custos adicionais ao MEC.
ID	REQUISITOS GERAIS DE ARQUITETURA	
9	Deve ser ofertado modelo de equipamento classificado pelo fabricante, compatível com características e capacidade para suportar Redes Definidas por Software (Software Defined Network – SDN), específico para a rede de Data Center; não sendo obrigatório o fornecimento do software para SDN	SDN é fundamental para gerenciamento centralizado e facilidade na aplicação de configuração e políticas. Como requisito a solução deverá ser compatível e suportar SDN.
10	Arquitetura non-blocking, ou seja, a capacidade de switching deve contemplar a capacidade máxima de comutação full-duplex de todas as portas simultaneamente, sem bloqueio de portas;	Non-Blocking garante que o equipamento faça a entrega do tráfego sem atraso causado por performance. Garantia da performance.
11	Suporte a arquitetura “Spine-and-Leaf”;	Arquitetura para que a latência seja mais baixa e previsível. Aliando melhor relação custo/benefício para o MEC.
12	Suporte a SDN com protocolo OpenFlow 1.3 (ou superior) ou OpenConfig ou OpenStack ou NETCONF/RPC ou OVSDDB, viabilizando a interoperabilidade com controladores OpenFlow ou OpenConfig ou OpenStack ou NETCONF/RPC ou OVSDDB, padrões de mercado;	Garantia de utilizar um padrão aberto para permitir que os controladores de rede determinem o caminho dos pacotes de rede em uma rede de switches. Sugerido várias formas de entrega da solução,

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
		possibilitando maior adesão aos participantes do certame.
13	Suporte a gateway VxLAN permitindo que os switches se conectem a redes sobrepostas (network overlay) baseadas em hipervisor;	A funcionalidade do VXLAN permite a alocação dinâmica de recursos em um ou entre data centers e permite a migração de máquinas virtuais entre servidores que existem em domínios de Camada 2 separados pelo tunelamento do tráfego para redes de Camada 3.
14	Implementa, em hardware, o protocolo Virtual Extensible LAN (VXLAN), que permite a criação de segmentos de redes virtuais e sua extensão através da camada de redes (nível 3), ao encapsular quadros Ethernet em pacotes IP por meio de protocolo UDP;	VXLAN é o protocolo mais usado para criar redes de sobreposição que ficam sobre a rede física, permitindo o uso de redes virtuais.
15	Suporte a BGP-EVPN (Border Gateway Protocol - Ethernet Virtual Private Network) ou protocolos comuns de roteamento, tais como OSPF, BGP, etc;	EVPN possui um address Family que permite que as informações de MAC, IP, VRF e VTEP sejam transportadas sobre o MP-BGP, que assim permitem aos VTEPs aprender informações sobre os hosts (via ARP/ND/DHCP etc.). O BGP EVPN distribui e fornece essa informação para todos os outros pares BGP-EVPN dentro da rede.
16	Deve ser compatível com orquestração de infraestrutura de rede, não sendo obrigatório o fornecimento do software para orquestração;	Permitir que softwares de orquestração possam gerenciar e responder a situações de problemas e não-conformidade de regras de forma automática.
17	Deve ser baseado em arquitetura física do tipo chassis modular ou portas fixas, sem a necessidade de empilhamento (stacking), a fim de garantir encaminhamento line-rate;	Garantia da totalidade das portas em um único equipamento para garantia de desempenho.
18	Deve possuir fontes redundantes, do tipo "hot-swappable", com alimentação entre 100 e 240VAC. As fontes deverão possuir alimentação independente, a fim de permitir a sua conexão a circuitos elétricos distintos;	As fontes devem operar dentro de voltagem comum e ser hot-swappable, que permite sua substituição sem fazer o desligamento total dos equipamentos. Mantendo operação mesmo em condição adversa de perda de uma fonte de energia.
19	Deve possuir configuração de CPU e memória (RAM e Flash) suficiente para a implementação de todas as funcionalidades descritas nesta especificação;	Determinar características de hardware para que não haja necessidade de ampliação futura de memória ou CPU na implementação de qualquer funcionalidade. Desejamos ativar/habilitar todas as funcionalidades descritas.
20	Deve possuir dimensões apropriadas para montagem em rack padrão de 19";	Instalação no rack padrão de 19" já existente no MEC.
21	Cada switch ofertado, deve ser fornecido com todos os acessórios necessários para sua instalação, configuração e operação, tais como: kit para montagem em rack 19" e os cabos de alimentação elétrica com tamanho mínimo de 1,5 m, de acordo com o padrão de tomadas da sala cofre do MEC;	Acessórios para instalação física devem ser entregues juntamente com os Switches.
22	Os switches ofertados, seus acessórios, módulos e componentes, devem ser do mesmo fabricante;	Garantia de padronização, garantia de funcionamento, facilidade de suporte técnico e manutenção.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
23	Deve possuir Certificado de Homologação na Anatel, de acordo com a Resolução nº 242/2000 ou nº 715, de 23 de outubro de 2019, até a data de habilitação da proposta vencedora;	Estar em conformidade com as regras de comercialização estabelecidas pela ANATEL para equipamentos de telecomunicações.
24	Todos os switches ofertados devem ser novos, sem utilização, e serem obrigatoriamente do mesmo fabricante, conforme informado na Proposta Comercial. Caso, durante a entrega, não estejam disponíveis no mercado, admitem-se substitutos com qualidade e características idênticas ou superiores, mediante comprovação técnica;	Garantia de receber equipamentos novos e sem uso. E em caso de problemas de entrega ou descontinuação de produto, aceitar o recebimento por equipamentos similares, porém superiores.
25	Devem ser entregues, junto com cada switch ofertados, os prospectos com as características técnicas de todos os seus componentes ofertados, através de documentos oficiais do fabricante, contendo informações oficiais, tais como: interfaces de conectividades, fontes de alimentação, gabinetes (chassi), cabos, módulos transceivers, e ainda, que inclua especificação de marca, modelo, e outros elementos que de forma inequívoca identifiquem e comprovem as configurações cotadas através de certificados, manuais técnicos, folders e demais literaturas técnicas editadas, oficialmente, pelo fabricante dos ativos de conexão ofertados. Serão aceitas cópias das especificações obtidas em websites do fabricante na internet, em que constem o respectivo endereço eletrônico. A escolha do material a ser utilizado fica a critério da empresa licitante;	Documentação a ser recebida de cada item que compõe a solução a ser contratada.
26	Todas as funcionalidades descritas nesta especificação técnica devem estar licenciadas, de forma perpétua, permitindo o uso imediato, quando habilitadas;	Este item é fundamental para garantir que tenhamos todas as funcionalidades em funcionamento após o término de contrato. Justifica-se pela continuidade da solução tendo como exemplo o tempo de uso da atual solução que já extrapolou, e muito, o prazo de cobertura da garantia.
ID	REQUISITOS DE DISPONIBILIDADE	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
27	Deve possuir plano de dados e controle separados;	Garante que o gerenciamento do switch tenha acesso distinto do tratamento dos dados, evitando que fique indisponível em caso de flood de dados. Essa funcionalidade possibilita a gestão da solução em caso de ataque de flood.
28	A redundância entre equipamentos, de acordo com a topologia proposta, deve garantir a continuidade do serviço de rede durante uma atualização de software ou falha que cause indisponibilidade em um dos equipamentos;	Garantir a continuidade do serviço de rede durante uma atualização de software ou falha que cause indisponibilidade em um dos equipamentos. Objetivo manter a rede em funcionamento mesmo em caso de falhas.
ID	REQUISITOS DE INTERFACE	Justificativa Técnica do requisito
29	Deve possuir 1 (uma) porta RJ-45 ou serial para acesso console local;	Garantia de porta para gerenciamento via console, flexibilizando o tipo de porta para os mais comuns usados no mercado. Amplo atendimento.
30	Deve possuir 1 (uma) porta Gigabit Ethernet 10/100/1000BaseT para gerenciamento out-of-band;	Garantia de gerenciamento out-of-band, que permita acessar ou transmitir dados para o gerenciamento do switch independente do plano de dados.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
31	Todas as portas dos equipamentos devem estar habilitadas e licenciadas, permitindo o uso imediato, quando instalados os módulos transceivers ou cabos do tipo AOC (Active Optical Cable) e DAC (Direct Attached Cable);	Garantia de funcionamento de 100% das portas requeridas neste Estudo Técnico.
ID	REQUISITOS DE REFRIGERAÇÃO	Justificativa Técnica do requisito
32	Deve possuir sistema de ventilação redundante, do tipo "hot-swappable";	Permite a substituição de ventiladores, em caso de falhas, sem desligar os switches. Sem interrupções.
ID	REQUISITOS DE SWITCHING	
33	Deve implementar as seguintes funcionalidades/padrões:	----
34	Deve permitir a criação de grupos de "LACP" (Link Aggregation Control Protocol) contendo, no mínimo, 8 (oito) portas ativas dentro do mesmo grupo de links agregados (Link Aggregation Groups);	Item de desempenho. Serve para fazer com que uma ou mais portas funcionem como uma única, aumentando o desempenho.
35	Permitir a utilização simultânea de, no mínimo, 3900 (três mil e novecentos) VLANs Ids;	Quantidade de VLANs para evitar sobreposição de ID's.
36	Deve implementar "Jumbo Frames" de, no mínimo, 9.100 (nove mil e cem) bytes em todas as suas portas;	Evitar que pacotes de tamanho significativo sejam fragmentados.
37	Deve suportar controle de tempestades (storm control) de Broadcast e Multicast;	Funcionalidade para controle de flood de pacotes.
38	Deve implementar VxLAN funcionando como VxLAN gateway;	O VTEP (ponto final do VXLAN) encapsula e desencapsula pacotes. A funcionalidade garante que o switch funcione como um gateway VXLAN de camada 2 ou camada 3.
ID	REQUISITOS DE ROTEAMENTO	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
39	Deve implementar roteamento estático IPv4;	Rotear entre redes IPv4
40	Deve implementar roteamento estático IPv6;	Rotear entre redes IPv6
41	Deve implementar BGP e OSPF;	Criar roteamento dinâmico de redes IPv4 com caminhos dinâmicos e de menor custo.
42	Deve implementar OSPFv3, BGP (suporte a ipv6);	Criar roteamento dinâmico de redes IPv6 com caminhos dinâmicos e de menor custo.
43	Deve implementar Equal-Cost Multipath (ECMP) para os múltiplos links de conexão entre os switches;	Garantir que o roteamento aconteça sobre o melhor caminho.
44	Deve implementar VRRP (Virtual Router Redundancy Protocol);	Criar redundância de instâncias de roteamento para aumento de disponibilidade.
45	Deve implementar VRF (Virtual Routing and Forwarding) ou VRF-Lite;	Criar tabelas de roteamento logicamente independentes.
46	Deve implementar VxLAN Routing ou tecnologia semelhante que permita a comunicação entre segmentos de redes que estão em VRFs diferentes;	Garantir que haja roteamento de VXLAN nas instâncias de roteamento independentes.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
ID	REQUISITOS DE MULTICAST	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
47	Implementar IGMP (Internet Group Management Protocol) snooping v2 e v3.	Garantia de gerenciamento do tráfego multicast de forma correta.
48	Implementar PIM (Protocol-Independent Multicast).	Protocolo que garante o roteamento de tráfego multicast em caso de necessidade.
ID	REQUISITOS DE QUALIDADE DE SERVIÇO (QOS)	
49	Deve permitir métodos de priorização de tráfego (QoS) por tipo de protocolo e por serviços da pilha TCP/IP baseados em camada 2 (IEEE 802.1p) e camada 3 (precedência IP e DSCP).	Criar possibilidade de classificar o tráfego para implementar regras de Qualidade de Serviço (QoS) para priorização ou tratamento do tráfego baseado em informações das Camadas 2 ou 3.
50	Deve implementar os mecanismos de controle de congestionamento/fila ou possuir “deep buffer” (capacidade de buffer na casa dos gigabytes).	Garantia de se evitar congestionamento de tráfego por porta.
51	Deve permitir a configuração de, no mínimo, 8 (oito) filas de prioridade por porta.	Item de desempenho para definir diferentes tipos de classificação e prioridade do tráfego por porta.
52	Deve suportar, pelo menos, os algoritmos de balanceamento Strict Priority e Round-robin com ponderação (Weighted Round Robin - WRR ou Weighted Random early Detection – WRED ou Deficit Weighted Round Robin - DWRR).	Determinar quais os algoritmos que devem ser utilizados na priorização do tráfego, onde cada um trata o dado de forma específica e garante a qualidade de serviço.
53	Deve implementar IP ToS/DSCP.	Esta implementação serve para garantir a implementação de priorização de tráfego baseado em campos específicos do cabeçalho do IPv4.
54	Deve implementar listas de controle de acessos baseadas em endereços MAC e IP para classificação de tráfego e processamento.	ACL serve para escolher qual tráfego vai ser classificado para priorizar, permitir ou bloquear.
55	Implementar Traffic Shaping.	O traffic shaping é feito com o propósito de evitar o congestionamento da rede, ou seja, para que o consumo de todos os usuários não seja maior que a disponibilidade do switch.
ID	REQUISITOS DE SEGURANÇA	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
56	Deve implementar SSHv2.	Implementar SSHv2 é um item de segurança para acessar o gerenciamento do switch de forma segura.
57	Deve implementar proteção contra-ataques de ARP. Esta funcionalidade poderá ser implementada com a criação de ACLs.	Evitar ataques de ARP para evitar que cibercriminosos se infiltrem na rede ao disfarçar o computador que ele usa como um membro da rede.
58	Deve implementar listas de controle de Acesso (ACL) baseado em endereço IPv4, IPv6, porta e protocolo.	ACL serve para escolher qual tráfego vai ser classificado para permissão ou bloqueio, seja em IPv4 ou IPv6.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
59	Deve implementar proteção contra IP spoofing ou equivalente. Esta funcionalidade poderá ser implementada com a criação de ACLs.	Funcionalidade para evitar que um cibercriminoso modifique o endereço correto do IP de origem para que o sistema para o qual um pacote é direcionado não consiga identificar corretamente o remetente.
60	Deve implementar hierarquia de gerenciamento com pelo menos 3 níveis de privilégio para usuário.	Item para garantir níveis diferentes de gerenciamento ao switch, onde alguns podem apenas monitorar informações, outros podem gerenciar funcionalidades determinadas e outros gerenciar totalmente. Segregação de funções.
61	Deve implementar SNMPv3.	Protocolo de gerenciamento para softwares de gerenciamento com possibilidade de autenticação para garantia da comunicação de agente/servidor.
62	Deve implementar funcionalidade que permita que a configuração de root do Spanning Tree seja mantida mesmo no caso de recebimento de BPDU com maior prioridade (root guard).	Funcionalidade para proteção da topologia de rede para evitar Loops.
63	Deve implementar mecanismos de proteção contra-ataques a CPU ou a funcionalidades/protocolos do switch.	Evitar ataques contra a CPU ou funcionalidades específicas dos switches. Requisito de segurança.
64	Deve implementar mecanismos de proteção contra-ataques de negação de serviço (DoS - Denial of Service), com bloqueio do tráfego ou sua submissão a um limite de taxa de transmissão (rate limit) na entrada ou na saída da interface.	Funcionalidade para evitar que ataques de DoS criem indisponibilidade nos serviços.
ID	REQUISITOS DE GERENCIAMENTO	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
65	Deve implementar sFlow ou Netflow ou similar.	Tecnologias mais comuns de amostragem de pacotes para monitorar dispositivos de rede.
66	Deve suportar configuração através de CLI SSH.	Gerenciamento remoto seguro.
67	Deve possuir cliente DNS.	Resolução de nomes para facilidade no gerenciamento.
68	Deve implementar DHCP relay para IPv4 e IPv6.	Criar escopos de entrega de endereços IP para diversas redes distintas, tanto para IPv4 quanto para IPv6.
69	Deve implementar espelhamento (Port Mirroring) do tráfego de entrada e saída de múltiplas portas do switch em uma única porta (N:1).	Espelhamento de porta permitirá monitorar o tráfego de entrada e saída de portas, copiando sua totalidade para análise.
70	Deve implementar espelhamento de tráfego para switches remotos (Remote Mirroring), em camada 2 e 3, de forma a permitir a flexibilidade na obtenção de informações sobre o tráfego de rede, quando não temos acesso físico direto ao switch que desejamos realizar tal análise.	Espelhamento de porta permitirá monitorar o tráfego de entrada e saída de portas em switches remotos, copiando sua totalidade para análise.
71	Deve permitir o armazenamento de duas imagens de firmware.	Permitir que um software seja copiado em sua totalidade para o switch antes de ser aplicado para

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
		uso. Isso garante que sempre haverá uma cópia válida de Firmware em funcionamento no switch.
72	Deve implementar FTP ou TFTP ou SCP/SFTP.	Protocolos para transferência de dados e arquivos entre servidores de gerenciamento e switches.
73	Deve implementar IEEE 802.1AB (Link Layer Discovery Protocol - LLDP).	Link Layer Discovery Protocol (LLDP) é um protocolo de descoberta de vizinhos de camada 2 que permite que os dispositivos anunciem informações do dispositivo para seus pares/vizinhos diretamente conectados.
74	Deve implementar protocolo de autenticação RADIUS, TACACS+ ou similar com as seguintes características:	São protocolos de rede que fornece gerenciamento centralizado de Autenticação, Autorização e Contabilidade (AAA ou Triple A) para usuários que se conectam e usam um serviço de rede.
75	Utilização de protocolo TCP, garantindo confiabilidade intrínseca;	Garantia que houve entrega do pacote no gerenciamento.
76	Autorização para cada comando de configuração.	Garantia de que usuários de gerenciamento poderão ter determinados comandos autorizados.
77	Deve implementar NTP (Network Time Protocol) com autenticação ou PTP (Precision Time Protocol).	Sincronização da data e horário do switch para garantir que logs e dados de gerenciamento estejam sincronizados com o tempo real.
78	Deve implementar controle de acesso à configuração por papéis (Roles). Deve permitir a definição de quais comandos são acessíveis à cada função.	Determinar quais comandos são acessíveis a cada função. Segregação de funções.
79	Deve suportar configuração inicial automatizada sem intervenção manual (Zero Touch Provisioning).	Configuração inicial do switch sem necessidade de complexas configurações.
80	Deve implementar as seguintes MIBs:	---
81	MIB II ou mais recente;	Item de gerenciamento entre agente / servidor.
82	SNMPv2 MIB ou mais recente;	Item de gerenciamento entre agente / servidor em versão SNMPv2 para tratamento de OIDs múltiplos sem múltiplas requisições.
83	SNMP USM MIB ou mais recente;	Item de gerenciamento entre agente / servidor em versão SNMPv2 para tratamento de OIDs múltiplos sem múltiplas requisições.
84	Entity MIB;	Item de gerenciamento entre agente / servidor.
85	LLDP-MIB.	Item de gerenciamento entre agente / servidor da MIB da funcionalidade LLDP.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
86	Deve suportar RESTful APIs.	Serve para a comunicação entre aplicações para estabelecer o consumo de informações de forma rápida e segura.
87	Deve suportar a codificação de dados nos formatos XML ou JSON.	Garantir quais formatos aceitos na codificação de dados para garantir padronização.
88	Deve implementar API (Application Programming Interface).	Possibilitar a conexão por meio de APIs.
89	Deve suportar Openconfig sobre gNMI, NETCONF, RESTCONF ou, Restfull API, Python, Json, XML.	Garantir o suporte do OpenConfig sobre os padrões mais comuns no mercado.
90	Deve ter ajuda contextual de comando na CLI ("help" do CLI para verificar comandos possíveis no contexto do diretório).	HELP para verificar comandos possíveis no contexto do diretório.
91	Deve ter suporte às ferramentas DevOps: Chef ou Puppet ou Ansible ou Salt.	Estabelecer as ferramentas mínimas para DevOps.
92	Deve suportar integração de solução de SDN.	Integração de rede SDN para maximização de desempenho e gerenciamento.
ID	REQUISITOS DE PADRÕES	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
93	Deve implementar os seguintes padrões: IEEE 802.1ad e/ou 802.1Q, IEEE 802.1p (CoS), IEEE 802.3ad, IEEE 802.3ae, IEEE 802.1X, e/ou IEEE 802.3ba e/ou IEEE 802.3bg e/ou IEEE 802.3bj e/ou IEEE 802.3bm;	Padrões de velocidade dos switches e de funcionamento de tratamento de tráfego, comum a todos os produtos.
94	IEEE 802.3x (Flow Control) ou IEEE 802.1 Qbb Priority-based Flow control;	Determinar padrão de controle de fluxo.
95	Suportar implementar os padrões de protocolos de disponibilidade:	---
96	IEEE 802.1d Spanning Tree Protocol (STP);	Protocolo para evitar loops de rede.
97	IEEE 802.1s Multiple STP (MSTP);	Protocolo para evitar loops de rede em múltiplas instâncias.
98	IEEE 802.1w Rapid STP (RSTP);	Protocolo para evitar loops de rede com baixo tempo de convergência.
99	Per-VLAN Rapid Spanning Tree (PVRST) ou VLAN-based Spanning Tree (VBST) ou Rapid Per-Vlan Spanning Tree Plus (PVST+) ou MSTP.	Protocolos para evitar loops de rede baseado em VLANs.
100	Deve suportar grupo de agregação de links multichassis (M-LAG, MC-LAG, entroncamento distribuído, Etherchannel Multichassis ou tecnologia similar), com o objetivo de fornecer redundância no caso de um equipamento falhar. Entende-se por tecnologia similar àquela que permita a agregação de links em switches distintos que são gerenciados pelo mesmo endereço IP e reconhecidos como uma entidade única. Ou àquela que permita a agregação de links em switches distintos provendo redundância e balanceamento de carga em camada 2.	Agregação de links baseados em switches distintos.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
----	--	--

Além das características gerais, cada tipo de switch também deverá obedecer às especificidades da tabela abaixo:

CARACTERÍSTICA		SWITCH TIPO 1 - ITEM 1	SWITCH TIPO 2 - ITEM 2	SWITCH TIPO 3 - ITEM 3	Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
101	Camada na arquitetura “Spine-and-Leaf” que deve ser suportada.	Spine	Leaf	Leaf	Arquitetura para que a latência seja mais baixa e previsível.
102	Ocupação máxima, em Unidades de Rack (RU) padrão de 19”.	Até 2 RU	1 RU	1 RU	Determinar a altura máxima do switch para não ocupar espaço demais em racks. Baseado na nossa disponibilidade de racks e espaço físico.
103	Interfaces 100 GbE QSFP28, line-rate, para interconexão com os switches no Fabric.	32	6	4	Determinar a quantidade de portas 100 Gbe necessária.
104	Interfaces 10/25 GbE (IEEE 802.3by) SFP28, line-rate, para interconexão com os servidores, sistemas de armazenamento, firewalls, balanceadores de carga, dentre outros equipamentos de rede.	N/A	48	N/A	Determinar a quantidade de portas.
105	Interfaces 1/10 GbE Base T, line-rate, para interconexão com equipamentos de rede via cabeamento metálico, do tipo UTP, com conector RJ45.	N/A	N/A	48	Determinar quantidade de portas.
106	Capacidade mínima de comutação (Switching capacity).	6.4 Tbps	3.6 Tbps	1,76 Tbps	Item para garantir a performance mínima em relação a quantidade de portas.
107	Capacidade mínima de encaminhamento de pacotes.	2000 Mpps	940 Mpps	720 Mpps	Item para garantir a performance mínima em relação a quantidade de portas.
108	Latência máxima.	2,5 microssegundos	4 microssegundos	6 microssegundos	Estabelecer latência máxima como quesito de performance do equipamento.
109	Memória mínima de Buffer (Packet Buffer).	32 MB	24 MB	24 MB	Buffer mínimo para garantia de performance e armazenagem de dados.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA OS ITENS 1, 2 E 3				Justificativa Técnica do requisito (incluindo justificativa de alteração, se for o caso)
110	Capacidade mínima de endereços na tabela MAC (MAC address table size).	80.000	64.000	64.000	Tamanho mínimo de endereços MAC a serem cadastrados na tabela de endereços de camada 2 do switch.
111	Direção do fluxo de ar.	De frente para trás (Front-to-Back)	De frente para trás (Front-to-Back): 2 und. De trás para frente (Back-to-Front): 8 und.	De frente para trás (Front-to-Back): 2 und. De trás para frente (Back-to-Front): 2 und.	Tipo de ventilação, orientando o fluxo de ar a ser puxado o ar frio da frente do switch e ser enviado para trás. Baseado nas condições de refrigeração do nosso datacenter.
112	Tipo de rack a ser instalado.	Rack de telecom	2 und. Rack de elecom 8 und. Rack de servidores	Rack de telecom	Garantir o tipo de rack que o switch será instalado.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 02 REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO: ITEM 4

ID	REQUISITOS GERAIS PARA O ITEM 4	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
1	Deve ser fornecido sistema de gerência para rede local (Local Area Network - LAN) com quantidade de licenças suficiente para gerenciar todos os equipamentos fornecidos.	Entrega completa da solução.
2	A solução ofertada, caso seja baseada em hardware, deve ser nova, sem uso anterior e contemplar acessórios e licenças necessárias para seu funcionamento.	Garantia da solução a ser entregue.
3	Será permitido a entrega da plataforma de gerenciamento no modelo SaaS em nuvem do próprio fabricante com suporte de 60 meses e, após esse período, a solução deverá permanecer completamente funcional, com todas as suas funcionalidades e recursos disponíveis, e atualizada até a última atualização com cobertura do suporte contratado (60 meses), e desde que possua certificação de segurança ISO270001.	Garantia de funcionamento além do período de garantia da solução.
4	Deverá ser totalmente compatível e capaz de monitorar e gerenciar todos os equipamentos que forem ofertados.	Garantia de interoperabilidade entre os itens que compõe essa solução.
5	A CONTRATADA deve fornecer licenças de todos os softwares que compõem a solução proposta, em suas versões mais recentes, sem previsão de descontinuidade, na data de entrega da proposta. As licenças não devem expirar e não devem deixar de funcionar em caso de não renovação.	Garantia de funcionamento além do período de garantia da solução.
6	Caso a solução ofertada seja de fabricante já existente no parque do CONTRATANTE, será aceito a ampliação do licenciamento com atualização, não sendo necessário o fornecimento da plataforma de gerenciamento, se o software existente suportar a solução e atender aos requisitos técnicos exigidos nesta especificação.	Garantia de funcionamento além do período de garantia da solução.
7	O licenciamento da Solução completa deve permitir a continuidade do uso, mesmo após o término do contrato, inclusive sem restrições à futura utilização para atendimento a eventuais novas demandas relacionadas às funcionalidades já disponíveis e/ou implementadas na solução durante a vigência contratual e da garantia.	Garantia de funcionamento além do período de garantia da solução.
8	A plataforma de gerenciamento de rede ofertada poderá ser fornecida da seguinte forma: a) Virtual Appliances em plataforma compatível com VMWARE 6.7 (ou superior); b) Appliances físicos específicos para este fim; c) Plataforma de gerenciamento em plataforma compatível com RedHat 7.9 (ou superior) ou Windows Server 2016 (ou superior) ou Linux compatível; d) Em nuvem (SaaS), desde que observado o disposto no ID B-3.	Garantia de funcionamento independente da forma de entrega. Garantindo ampla participação.
9	A solução de gerência de rede ofertada, caso seja appliance físico, deve ser fornecida com todos os requisitos necessários para a sua própria gerência (memória, processador, espaço em disco, etc.) e com todos os softwares operacionais e de apoio que sejam necessários para o funcionamento.	Garantia de funcionamento da solução.
10	Deve permitir gerenciar todos os equipamentos de rede ofertados que utilize VxLAN EVPN ou outros protocolos como OSPF, BGP, etc.	Garantia de funcionamento da solução.
11	Por questões de compatibilidade e operação eficiente do sistema, o software ofertado deve ser do mesmo fabricante dos equipamentos que formam toda solução de rede.	Garantia de funcionamento da solução.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS PARA O ITEM 4	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
12	O software deve permitir o crescimento modular da sua capacidade através do acréscimo de licenças de software adicionais.	Garantia de funcionamento da solução.
13	O software de gerência deve permitir acesso através de qualquer browser via HTTPS.	Garantia de funcionamento da solução e acesso ao painel de gerência de maneira segura.
14	O software deve possuir ferramentas de gerenciamento integradas que possibilitem a configuração, administração e a realização de troubleshooting para solução de problemas na rede.	
15	O software deve possuir recurso que permita descobrir automaticamente e visualizar a topologia da rede, formada pelos switches descritos neste Encarte.	Garantia de funcionamento da solução proposta nesse estudo técnico
16	O software deve gerenciar a configuração dos switches descritos nesta especificação técnica.	Garantia de funcionamento da solução
17	Deve permitir configuração gráfica dos switches.	Facilitar a gestão do ambiente de maneira gráfica
18	Deve fornecer relatórios e inventários de hardware e sistema dos switches.	Fornecer informações acerca da solução a ser contratada
19	Permitir a coleta, armazenamento e recuperação da configuração dos equipamentos, inclusive de versões anteriores de configuração lógica.	Permitir integração e disaster recovery
20	Deve realizar a detecção e a comunicação de falhas através dos protocolos ICMP e SNMP, ou por telemetria.	Uso da telemetria para facilitar a identificação de falhas.
21	Permitir a geração de relatórios de forma imediata ou programada, com a possibilidade de exportação.	Fornecer relatórios para gestão do ambiente
22	Deve suportar envio de alertas do tipo syslog.	Encaminhar logs para plataformas baseadas em syslog do tipo SIEM
23	Deve suportar o envio de alertas, eventos, e configuração via e-mails automaticamente, direto via solução ofertada ou via hypervisor.	Suportar acompanhamento proativo de problemas e eventos da solução.
24	Deve suportar integração com outros sistemas de gerência e de orquestração via API REST ou RESTful.	Suportar integração com soluções de gestão tipo SOAR

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 03 REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO: ITENS 5, 6 E 7**ID REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA OS ITENS 5, 6 E 7**

Cada tipo de cabo deverá obedecer às especificidades de acordo com a tabela abaixo:

CARACTERÍSTICA		CABO AOC COM CONECTORES 100GbE QSFP28 15M - [ITEM 5]	CABO AOC COM CONECTORES 25GbE SFP28 10M - [ITEM 6]	CABO AOC COM CONECTORES 25GbE SFP28 05M - [ITEM 7]
1	Quantidade:	30	96	164
2	Conexões:	<p>Uplinks 100GbE 15m (Spine-and-Leaf):</p> <p>10 Tipo2(Leaf) x 02 Pts. p/ Spines = 20</p> <p>04 Tipo3(Leaf) x 02 Pts. p/ Spines = 08</p> <p>01 RESERVA TÉCNICA x 02 Pts. p/ Spines = 02</p>	<p>Acesso 25GbE 10m (Node-Leaf):</p> <p>03 IPS (Sourcefire_) x 02 Pts. p/ Leafs = 04</p> <p>06 FW (Fortinet_) x 02 Pts. p/ Leafs = 12</p> <p>04 SW (HPE _) x 02 Pts. p/ Leafs = 08</p> <p>06 SW (CISCO _) x 02 Pts. p/ Leafs = 12</p> <p>04 STG (Netapp _) x 04 Pts. p/ Leafs = 22</p> <p>03 SRV (O.Exadata) x 02 Pts. p/ Leafs = 06</p> <p>08 SRV (MS/PGSql) x 02 Pts. p/ Leafs = 16</p> <p>02 CONTRO WI-FI (Aruba) x 02 Pts. p/ Leafs = 04</p> <p>02 DDOS (Arbor) x 02 Pts. p/ Leafs = 04</p> <p>02 BALAN (F5) x 2 Pts. p/ Leafs = 04</p> <p>02 RESERVA TÉCNICA = 04</p> <p>02 RESERVA TÉCNICA = 04</p>	<p>Acesso 25GbE 5m (Node-Leaf) - Inter-rack e rack lateral:</p> <p>40 SRV x 04 Pts. p/ Leafs = 160</p> <p>04 RESERVA TÉCNICA x 04 Pts. p/ Leafs = 04</p>
3	Tipo de instalação	Conexão de uplink dos switches do tipo "Leaf" aos switches do tipo "Spine" e entre pares de switches da mesma camada em racks distintos.		Conexão dos nós (servidores, storages, firewalls, switches presentes na rede atual, etc.) aos switches do tipo "Leaf".
4	Tipo de cabo	Active Optical Cables (AOC)		
5	Comprimento do cabo	15 metros	10 metros	5 metros
6	Taxa de transferência de dados	100 Gbps		25 Gbps

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

7	Tipo de conectores em ambas as extremidades	QSFP28 to QSFP28	SFP28 to SFP28
8	Compatibilidade	<p>Serão aceitos cabos e conectores fabricados por terceiros, ou seja, de fabricantes diversos do switch ofertado. Entretanto em caso de incompatibilidade ou qualquer prejuízo ao funcionamento da solução, a CONTRATADA deverá substituir os acessórios incompatíveis, e ainda atender aos níveis mínimos de serviços especificados nesse Encarte.</p> <p>Caso o fabricante não possua cabos AOC com as metragens definidas, será aceita a entrega de cabos com metragens superiores ou a entrega de transceivers tradicionais, em conjunto com cabeamento ótico multimodo com o respectivo comprimento solicitado.</p>	
9	<p>Este projeto adotou uma abordagem padronizada da topologia Spine-and-Leaf, assim, não foram especificadas possíveis conexões entre pares de switches de mesma camada. Caso a solução ofertada, por recomendação do fabricante, necessite de conexões entre pares de switches na mesma camada, o cabeamento e outros acessórios deverão ser entregues em conjunto com os equipamentos ofertados.</p>		

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 04 REQUISITOS E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DA SOLUÇÃO: ITEM 8

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
1	No escopo dos serviços agregados de projeto, instalação e configuração está incluso o fornecimento e instalação de <i>distribuidor interno óptico</i> "DIO" para 12 fibras MM ou SM, com pig tail, acopladores e demais acessórios necessários à instalação, fixação e identificação. O DIO a ser fornecido deve ser novo e de primeiro uso.	A solução ofertada deverá ser entregue de maneira completa. Nesse quesito está sendo contemplado a mudança de local da sala das fibras antigas no subsolo para a antessala do datacenter no 1º andar do anexo II
2	As Bandejas de fibra devem ser no mínimo uma unidade padrão de altura no rack (4U ou 6U), ter a capacidade mínima de abrigar até 96 vias de fibra;	Dimensões padrão para caber nos racks disponíveis no MEC
3	As bandejas devem ser metálicas e completamente fechadas, contando com base, paredes laterais e tampa metálicas;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
4	A tampa deve ser removível para permitir a realização de manutenções, ampliações ou mudanças;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
5	As bandejas deverão incluir em todos os casos os elementos de carretel para a reserva de fibra óptica;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
6	As bandejas devem contar com recortes para a inserção dos cabos de fibra óptica em pelo menos 03 de seus lados a fim de melhorar o manejo dos feixos de cabos;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
7	Deverá ser colocada uma proteção plástica que impeça o contato do metal do corpo da bandeja com o cabo que ingressa na mesma;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
8	Deverão ser fornecidos todos os elementos adequados para a fixação do cabo na bandeja;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
9	A Bandeja deve permitir a instalação em seu interior de sub-bandejas para emendas mecânicas ou de fusão, a fim de garantir proteção do investimento;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
10	Deve permitir a instalação de até 3 painéis modulares administráveis sobre os quais serão instalados os acopladores de Fibra padrão LC;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
11	Não serão aceitos painéis para acopladores que não permitam a instalação no futuro de outro tipo de acopladores;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
12	Devem ser colocadas tampas cegas em todas as posições não utilizadas do painel de Fibra Óptica;	Requisito padrão desse tipo de bandeja
13	Ressalta-se que o fornecimento do DIO está condicionado a execução dos serviços de extensão de fibra óptica, fusão ou conectorização". O DIO só será adquirido em caso de execução do serviço de conectorização.	Requisito padrão desse tipo de bandeja
ID	SERVIÇO DE EXTENSÃO, FUSÃO OU CONECTORIZAÇÃO DE FIBRA ÓPTICA	Justificativa Técnica
14	Para execução dos serviços previstos nesse item, a CONTRATADA deverá avaliar o ambiente do MEC, e em conjunto com a CONTRATANTE definir a melhor estratégia de execução dos serviços, seja através da extensão das fibras, fusão ou conectorização das mesmas.	Aberta a possibilidade do prestador, adotando as melhores práticas, sugerir a melhor forma de atendimento
15	Os serviços a serem executados devem contemplar:	---

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
16	Emenda/Fusão de Fibra Ótica;	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
17	Fornecimento das fibras ópticas;	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
18	Passagem das fibras óticas;	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
19	Emenda/Fusão de Fibra óptica.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
20	A fusão e certificação de uma F.O. compreende todos os procedimentos necessários para disponibilização de link óptico, incluindo as seguintes atividades e materiais:	---
21	Fornecimento de todos os acessórios necessários à fusão, dentre os quais: protetor de emenda (tubete) e material de limpeza de fibra.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
22	Serviço de identificação do cabo e da fibra óptica a ser emendada, em toda a sua extensão.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
23	Serviço de identificação dos condutores.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
24	Serviço de abertura do conjunto de emenda, se necessário.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
25	Serviço de remoção da capa externa de proteção, em tamanho adequado, conforme o tipo de cabo e sua utilização.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
26	Serviço de remoção do gel presente nas fibras e no isolamento primário em acrilato, com a utilização de álcool isopropílico.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
27	Serviço de remoção do revestimento primário e do elemento de tração.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
28	Serviço de remoção do revestimento secundário constituído por tubo de material termoplástico.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
29	Serviço de acomodação da fibra, cordão óptico, pigtail ou extensão óptica no DIO ou na caixa de emenda.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
30	Serviço de instalação da unidade básica no estojo.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
31	Serviço de preparação da fibra óptica para emenda.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
32	Serviço de fusão e proteção da junção.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
33	Fornecimento das fibras ópticas.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
34	Ser entregue ao menos dez 12FO MM 50/125 OM3 interno ou externo.	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
35	Deve ser composto de 12 fibras ópticas e ser projetado para uso indoor/outdoor.	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
36	Deve ser lançada do antigo DataCenter até o novo DataCenter, com aproximadamente 150 metros.	Distância entre os locais para lançamento da fibra
37	Ser fornecido com todos os acessórios e ferragens necessários para seu lançamento.	Fornecimento das fibras de maneira completa
38	Deve ser composto por fibras ópticas tipo tight buffer (900µm) revestidas individualmente por material termoplástico e identificadas por cores.	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
39	Deve possuir proteção contra umidade através de materiais hidro expansíveis.	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
40	Deve possuir elementos de tração em fios de Aramida.	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
41	Deve possuir capa externa em material termoplásticos retardante à chama, resistente aos raios UV e com fio de rasgamento.	Fornecimento de todas as fibras necessárias para interconexão
42	Deve atender aos requisitos da norma ABNT NBR 14772.	Atendimento e padronização às normas
43	Deve possuir certificado de homologação da ANATEL.	Certificação técnica
44	Passagem das fibras ópticas	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
45	Devem ser realizadas as instalações e passagens das fibras ópticas solicitadas;	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
46	Deve ser realizada a fusão das fibras óticas.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
47	Todos os materiais e serviços devem estar incluídos no preço.	Entrega completa dos serviços com mão de obra e materiais
48	A CONTRATADA deverá fazer a certificação de fibra óptica monomodo ou multimodo, através de relatório via OTDR. Cada certificação compreenderá os testes realizados na mesma fibra do ponto A para B e de B para A, sendo avaliado o resultado médio $[(A \rightarrow B + B \rightarrow A) / 2]$. A perda de atenuação em uma emenda, em cada direção, não deverá exceder 0,15 dB. A perda média de uma emenda não deverá exceder 0,1 dB para uma fibra (isto significa que a média de perda da emenda é a média do valor medido para cada direção da fibra). Os testes das fibras ópticas deverão ser fornecidos ao final da execução junto ao As-Built.	Lista de serviços que deverão ser utilizados no decorrer da instalação
ID	IMPLANTAÇÃO, INSTALAÇÃO E CONFIGURAÇÃO	Justificativa Técnica

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
49	O objetivo dos serviços de implantação, instalação, configuração e transferência de conhecimento é garantir perfeito funcionamento dos equipamentos, bem como a implantação e configuração da arquitetura Spine and Leaf da CONTRATANTE.	Entrega completa dos serviços com mão de obra e materiais
50	Os serviços de implantação, instalação, configuração e transferência de conhecimento deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados nas tecnologias que compõem este edital, e ainda com certificação oficial do fabricante.	Entrega completa dos serviços com mão de obra e materiais
51	Os profissionais envolvidos na execução desse serviço, deverão cumprir os seguintes requisitos:	---
	Experiência Profissional	
52	Pelo menos um dos profissionais envolvidos com experiência comprovada em ambiente de missão crítica com as tecnologias objeto deste termo de referência, incluindo o projeto, desenho de arquitetura, implantação, instalação e configuração de uma rede de datacenter.	Garantir a capacidade de execução dos serviços
	Certificações	
53	Os profissionais envolvidos na prestação dos serviços, deverão obrigatoriamente ser certificados pelo fabricante, com certificação de nível especialista/Engenheiro ou superior.	Garantir a capacidade de execução dos serviços
54	Todas as certificações deverão estar válidas e emitidas pelo fabricante.	Garantir a capacidade de execução dos serviços
55	A CONTRATADA deverá apresentar no início da execução dos serviços, todas as documentações comprobatórias de atendimento aos requisitos acima.	Garantir a capacidade de execução dos serviços
56	Os serviços de implantação, instalação, configuração e repasse de conhecimento deverão ser executados, conforme atividades e etapas definidas abaixo:	Garantir a capacidade de execução dos serviços
	Plano de Implantação	
57	A CONTRATADA deverá apresentar plano de implantação da solução, contendo informações acerca da disposição dos equipamentos, cronograma de implantação, descrição de fases, etapas e atividades que serão realizadas, configurações básicas de funcionamento, topologia de rede, requisitos para integração com os componentes de rede existentes, processo de abertura de chamados e os planos de migração e testes de aplicações e infraestrutura entre o ambiente atual e o novo;	Planejamento antecipado da instalação e configuração de toda a solução contratada
58	A CONTRATANTE poderá solicitar a reformulação do plano e sugerir inclusões, exclusões e/ou alterações em seu conteúdo;	Planejamento antecipado da instalação e configuração de toda a solução contratada
59	A CONTRATADA terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato, para realizar todos os levantamentos, bem como todas as atividades relacionadas ao plano de implantação da solução.	Planejamento antecipado da instalação e configuração de toda a solução contratada
	Implantação	
60	Os serviços de implantação, instalação, configuração e migração, devem ser realizados pela contratada, com acompanhamento do contratante, obedecendo os itens mínimos descritos abaixo de forma lógica, sequencial e transparente:	Detalhamento dos serviços de implantação

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
61	Desembalagem e conferência;	Detalhamento dos serviços de implantação
62	Instalação física em rack padrão 19" disponibilizado pela CONTRATANTE;	Detalhamento dos serviços de implantação
63	Instalação de módulos, cabos e transceptores entregues;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
64	Energização e testes iniciais de funcionamento;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
65	Configuração do sistema de gerenciamento;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
66	Atualização de software (drivers, firmwares e sistemas operacionais) dos componentes da solução;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
67	Interligação dos equipamentos de acordo com a topologia definida em conjunto com o CONTRATANTE;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
68	Configurações dos equipamentos de forma a atender os requisitos descritos na documentação técnica elaborada em conjunto com o CONTRATANTE;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
69	Integração da solução com a rede corporativa do CONTRATANTE entende-se como MIGRAÇÃO. Nesse caso, as atividades mínimas, abaixo listadas, deverão ser respeitadas:	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
70	Desenvolver os planos de migração das aplicações ou VLANs do ambiente atual da Contratante, para o novo ambiente, com topologia e arquitetura Spine and leaf;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
71	Mapear as dependências das VLANs e aplicações;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
72	Todas as VLANs e/ou aplicações, presentes no ambiente do Datacenter do MEC deverão ser migradas para o novo ambiente;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
73	Instalar todos os novos switches na rede em paralelo aos switches já existentes e garantir o funcionamento perfeito da nova topologia Fabric.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
		deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
74	Configurar basicamente os novos switches com configuração equivalente a dos switches atuais (SNMP, gerência, banner, syslog, NTP, logins e senhas, etc).	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
75	Replicar nos novos switches as mesmas VLANs existentes nos switches já existentes de acordo com topologia atual.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
76	Interconectar os novos switches SPINES nos switches CORE atuais via LAG (estático ou LACP) de 20Gbps ou 80Gbps temporário (duas ou mais conexões) em modo trunk (802.1Q) com liberação de todas as VLANs existentes.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
77	Interconectar os novos switches LEAFs nos switches de distribuição atuais via LAG (estático ou LACP) de 20Gbps temporário (duas ou mais conexões) em modo trunk (802.1Q) com liberação de todas as VLANs existentes.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
78	Configurar todas as redes (interfaces L3: lógicas e físicas) nos novos switches com configuração equivalente a dos COREs atuais mantendo todas as interfaces OSI camada 3 em modo "shutdown" (logicamente desligadas).	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
79	Configurar protocolo de roteamento dinâmico entre os novos switches e os COREs atuais com redistribuição de todas as redes diretamente conectadas e de todas as rotas estáticas existentes nos COREs atuais.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
80	Migrar gradativamente – em três fases distintas - as interfaces OSI camada 3 (L3) para os novos switches (SPINES ou LEAFs). Fases distintas: fase de teste com uma VLAN de teste, fase de piloto com duas ou mais VLANs em produção e fase final de migração com o restante das VLANs.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
81	Migrar gradativamente as interfaces físicas OSI camada 2 (L2) que estejam em modo LAG/LACP para os novos switches.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
82	Migrar gradativamente as interfaces lógicas LAG (estático ou LACP) para os novos switches.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
83	Desligar gradativamente os equipamentos antigos.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
84	Desconectar os cabos restantes da antiga topologia.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
		deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
85	Em conjunto com a CONTRATANTE, executar as migrações, com os devidos procedimentos de teste e roll-back definidos;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
86	Identificação nas duas extremidades de cada cabo instalado, com etiquetas adesivas apropriadas, contendo a descrição de origem e destino de cada, conforme padrão de nomenclatura adotado pelo CONTRATANTE;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
87	Elaboração da documentação técnica da implantação, contendo informações acerca da disposição dos equipamentos, configurações básicas de funcionamento, topologia de rede, integrações com os componentes de rede existentes, migrações das VLANs ou aplicações, dentre outros detalhes que poderão ser exigidos pela equipe de gestão e fiscalização do contrato;	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
88	Realização de testes de funcionamento e de contingência da solução, visando a garantia da disponibilidade, incluindo o detalhamento das rotinas de testes de aceitação dos equipamentos e serviços.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
89	Deverão ser realizados demais serviços necessários ao pleno funcionamento da solução fornecida.	Detalhamento dos serviços de implantação. Para a entrega todos os itens instalados deverão ser atestados o funcionamento e a solução deverá ser completamente entregue
ID	DOCUMENTAÇÃO	Justificativa Técnica
90	Ao final da instalação a CONTRATADA deverá entregar documentação técnica da implantação da solução, em meio magnético, contendo, no mínimo:	---
91	Descrição da solução implementada;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
92	Descrição das tecnologias utilizadas;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
93	Topologias (física e lógica) da solução implementada;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
94	Descrição dos recursos de hardware e software utilizados na solução;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
95	Lista de todos os elementos instalados contendo: nome e endereço IP, relação de conexões físicas e lógicas, local de instalação (corredor, fileira, rack, unidade de rack da sala cofre), número de série, número do patrimônio, versão do software/firmware, data da instalação, data de vencimento da garantia, dentre outras informações que poderão ser exigidas;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
96	Planilha de mapeamento de portas (porta de origem, porta de destino, descrição etc);	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
97	Plano de endereçamento lógico (IP);	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
98	Roteiro de configuração e operação dos equipamentos com comentários sobre os principais comandos e as justificativas das opções de parametrização;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
99	Elaboração de roteiros, topologias e todos os documentos necessários para a integração da solução com a rede corporativa do CONTRATANTE;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
100	Roteiro de configuração de quaisquer funcionalidades da solução e integração com outras ferramentas existentes, caso necessário;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
101	Plano de Validação, contendo:	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
102	Roteiro dos procedimentos para a realização de testes destinados à validação das configurações realizadas, demonstrando o pleno funcionamento dos equipamentos e sua conexão com a rede corporativa do CONTRATANTE;	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
103	Roteiro dos procedimentos para a realização de testes de contingência da solução.	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
104	Plano de Retorno, a ser aplicado caso ocorra algum tipo de problema ou impacto imprevisto no ambiente de produção.	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
105	No decorrer da execução outras informações poderão ser exigidas para complementação da documentação.	Gerar todo o As Built (documentação) de instalação, configuração e implantação da solução contratada
ID	TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO	
106	A CONTRATADA deverá providenciar transferência de conhecimento nas fases de planejamento, instalação, configuração e manutenção da solução, aos servidores e técnicos do CONTRATANTE.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
107	A transferência de conhecimento compreende todas as informações de configuração, operação e gerência de todos os componentes envolvidos na solução adquirida.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
108	A CONTRATADA deverá providenciar todos os recursos necessários para a realização das atividades, incluindo, material, equipamentos, instrutores certificados e local, exceto, eventuais despesas com transporte, alimentação e hospedagem dos participantes do CONTRATANTE.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
109	A transferência de conhecimento deverá ser baseada no conteúdo programático dos treinamentos oficiais do fabricante da solução e ministrada por empresa devidamente certificada pelo fabricante.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
110	A CONTRATADA deverá providenciar a transferência de Conhecimento para 5 (cinco) participantes, que deverá ser realizada em até 60 (sessenta) dias corridos, após o acionamento.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
111	A transferência de conhecimento deve ser realizada em sessões de 8 (oito) horas diárias, com carga horária total de, no mínimo, 40 (quarenta) horas.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
112	A transferência de conhecimento deverá abranger, no mínimo, os seguintes tópicos:	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
113	Tecnologias utilizadas na solução descrita nesta especificação;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
114	Arquitetura e desenhos para implementação;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
115	Instalação, configuração e operação dos equipamentos;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
116	Tecnologias para Automação e Redes Definidas por Software;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
117	Resolução de problemas;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
118	Administração e gerenciamento dos equipamentos;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
119	Tecnologias e mecanismos de segurança.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
120	O cronograma de realização do treinamento será definido em comum acordo, entre a CONTRATADA e o CONTRATANTE;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
121	As atividades deverão ocorrer na Capital Federal, Brasília - DF;	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
122	Após a conclusão da transferência de conhecimentos a CONTRATADA deverá realizar uma avaliação de conhecimentos básicos necessários para operação dos equipamentos.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
123	Concluído todo o processo de treinamento, deverá ser fornecido aos participantes, certificado de conclusão, emitido por empresa credenciada pelo fabricante.	Capacitar a equipe interna nas atividades e na solução a ser contratada
ID	OPERAÇÃO ASSISTIDA	
124	Os serviços de operação assistida deverão ser prestados on-site nas dependências da CONTRATANTE.	Apoio técnico posterior a entrega da solução
125	Os serviços de operação assistida terão a duração de 30 (trinta) dias úteis consecutivos, a contar da data estipulada na ordem de serviço específica, sendo que seu encerramento ficará condicionado à aceitação do serviço por parte da	Apoio técnico posterior a entrega da solução

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
	CONTRATANTE. A critério da CONTRATANTE, o serviço de operação assistida poderá ser dividido em 2 (dois) períodos de 15 (quinze) dias úteis, com intervalo de 5 (cinco) dias úteis;	
126	A CONTRATADA deverá operar, monitorar e executar a manutenção, preventiva e corretiva em todo objeto homologado, incluindo desde monitoração ininterrupta, através da gerência da rede até a realização de qualquer intervenção necessária, seja para recuperação de serviço ou reparação de falhas, tanto nos equipamentos e software como nos sistemas de gerência e administração, sempre com supervisão e aprovação prévia da CONTRATANTE;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
127	Será de responsabilidade da CONTRATADA acionar todo e qualquer nível de suporte necessário para a realização deste serviço, seja de seu próprio corpo técnico ou de algum fornecedor de sua solução;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
128	Todas as despesas necessárias ao deslocamento de pessoal para a execução desse serviço serão de responsabilidade da CONTRATADA;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
129	Todo instrumental necessário às intervenções de manutenção para solução de problemas, serão de responsabilidade da CONTRATADA;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
130	O serviço de operação assistida inclui, no mínimo:	---
131	Execução de atividades operacionais, utilizando os procedimentos recomendados pela CONTRATADA dos equipamentos para cada rotina;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
132	Execução de atividades de manutenção corretiva utilizando os procedimentos recomendados pela CONTRATADA dos equipamentos e plataforma de gerência, que permitam maior eficiência e eficácia na solução de falhas;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
133	Execução de atividades de manutenção preventiva, rotinas de testes, análises e medidas, utilizando os procedimentos recomendados pela CONTRATADA dos equipamentos e plataforma de gerência, que assegurem mínima interferência na operação e máxima disponibilidade dos produtos;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
134	Elaboração de procedimentos especiais ou detalhamento dos procedimentos padrão recomendados pela CONTRATADA dos equipamentos e plataforma de gerência, caso seja necessário intervenções diferenciadas;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
135	Elaboração de relatórios de atividades detalhando os procedimentos realizados e eventuais ajustes, se executados;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
136	O serviço de Operação Assistida será avaliado pela equipe da CONTRATANTE, devendo ser observado o cumprimento integral dos requisitos técnicos da solução, seu desempenho operacional e sua disponibilidade, dentro do período avaliado, e sua aceitação condicionada à aprovação da CONTRATANTE; e	Apoio técnico posterior a entrega da solução
137	Em caso de não aprovação do serviço de operação assistida, a CONTRATADA deverá realizar as adequações necessárias à solução de TI e demonstrar o seu correto funcionamento, cabendo a CONTRATANTE realizar nova avaliação para aceitação do serviço.	Apoio técnico posterior a entrega da solução
138	O serviço de Operação Assistida deve produzir os seguintes artefatos:	---

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

ID	REQUISITOS GERAIS E ESPECÍFICOS PARA O ITEM 8	JUSTIFICATIVA TÉCNICA
ID	DISTRIBUIDOR INTERNO ÓPTICO	
139	Documento de procedimentos de operação e manutenção, possibilitando que a CONTRATANTE assuma as atividades com sua própria equipe no menor tempo possível;	Apoio técnico posterior a entrega da solução
140	Relatório quinzenal contendo informações sobre as atividades executadas e os índices de desempenho. Caso a CONTRATANTE opte pela divisão em dois períodos, conforme requisito item H-2, a CONTRATADA poderá utilizar o período de intervalo para confecção do relatório quinzenal e entregá-lo antes do início do segundo período; e	Apoio técnico posterior a entrega da solução
141	Relatório ao final do período de Operação Assistida contendo informações sobre atividades executadas e recomendações sobre como executar as atividades de operação e manutenção com efetividade e eficácia.	Apoio técnico posterior a entrega da solução
142	Substituição e Reparo de Hardware:	----
143	As unidades que apresentarem defeitos, durante o Período do Serviço de Operação Assistida, deverão ser encaminhadas pela CONTRATADA para recuperação usando os serviços de garantia definidos no Termo de Referência, sendo que as despesas de transporte deverão ser de responsabilidade da CONTRATADA; e	Apoio técnico posterior a entrega da solução
144	Cabe à CONTRATADA, durante a vigência de serviço de operação inicial, realizar, às suas expensas, on-site, os serviços referentes à substituição das unidades, peças, componentes ou cabeamento defeituoso.	Apoio técnico posterior a entrega da solução

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 05 MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

PREGÃO:	XX/2023-MEC
ÓRGÃO/UASG:	Ministério da Educação – (UASG 150004)
OBJETO:	Aquisição de ativos de rede para composição de solução de switches “spine & leaf” para o core da rede de dados do Datacenter do MEC, incluindo o provimento de serviços agregados de implantação, instalação, configuração, operação assistida, garantia e suporte técnico dos equipamentos – de acordo com as especificações técnicas e condições previstas no Termo de Referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	CATSER	UNIDADE	QTDE ESTIMADA	VALORES MÁXIMOS ESTIMADOS	
					UNITÁRIO	TOTAL
1	Switch Datacenter Tipo 1 (Spine)	122971	Unidade	2	R\$	R\$
2	Switch Datacenter Tipo 2 (Leaf)	122971	Unidade	10	R\$	R\$
3	Switch Datacenter Tipo 3 (Leaf)	122971	Unidade	4	R\$	R\$
4	Sistema de gerenciamento	27472	Unidade	1	R\$	R\$
5	Cabo AOC com conectores 100GbE QSFP28 15m	52280	Unidade	30	R\$	R\$
6	Cabo AOC com conectores 25GbE SFP28 10M	52280	Unidade	96	R\$	R\$
7	Cabo AOC com conectores 25GbE SFP28 05M	52280	Unidade	164	R\$	R\$
8	Serviços agregados de projeto, implantação, instalação, configuração e operação assistida.	27510	Unidade	1		

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA:**IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA LICITANTE:**

Razão Social:

CNPJ:

Endereço Completo

CEP:

Fone/Fax:

E-mail:

DADOS BANCÁRIOS:

Agência:

Conta Corrente:

Banco:

IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA ASSINATURA DA ARP/CONTRATO:

Nome Completo (sem abreviaturas):

CPF:

IDENTIDADE / ÓRGÃO EXPEDITOR:

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

Cargo / Função:

Endereço Completo:

Cidade / UF:

CEP:

Demais condições:

- a) Ao efetuar essa proposta, esta empresa proponente declara ter tomado pleno conhecimento do Edital, do Termo de Referência e dos demais documentos integrantes da presente licitação estando ciente das obrigações das partes e das condições de prestação dos serviços.
- b) Esta empresa proponente declara que todas as despesas diretas e indiretas envolvidas no provimento dos serviços estão incluídas nos valores desta proposta de preços, que possui capacidade técnico-operacional adequada e que os preços são exequíveis.
- c) A empresa proponente declara a não aplicação da prática do "registro de oportunidade" para o objeto ofertado na presente proposta comercial, conforme disposto no art. 5º da Lei nº 14.133, de 2021, nos termos da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022.

Local e data: _____, _____ de _____ de 2023.

Razão Social e CNPJ da Empresa Proponente_____
Identificação e Assinatura do Representante Legal da Empresa Proponente

Prazo de validade da proposta: (.....) dias, contados da data limite estipulada para a apresentação.

INSTRUÇÕES:

1. A descrição e a disposição de itens da proposta de preços devem obedecer ao padrão proposto.
2. Os valores correspondentes a cada item devem ser informados em separado, considerando seus preços unitários e totais (por item).
3. Para a fase de habilitação técnica, anexo à proposta, devem ser apresentados os documentos necessários e suficientes para a comprovação do atendimento aos critérios técnicos de habilitação, conforme definido no TERMO DE REFERÊNCIA.
4. Conforme súmula TCU 254/2010 o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) não devem constar da composição de preços da proposta.
5. À proposta é necessário juntar cópia dos principais documentos da empresa (alteração contratual ou procuração) e do responsável (documento de identidade, CPF ou CNH).
6. O disposto no TERMO DE REFERÊNCIA, a proposta deve ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 06 INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA DOS BENS E SERVIÇOS (INS-1)

INS-1: INDICADOR DE ATRASO NA ENTREGA DOS BENS E SERVIÇOS		
OBJETIVO	APLICABILIDADE / PERIODICIDADE	FONTE

Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço\Fornecimento de Bens

Aplicável, sob demanda, à todas as Ordens de Serviço\Fornecimento de Bens

As informações para verificação do nível de serviço serão extraídas do sistema de gerenciamento de serviços e/ou da ferramenta de gestão de demandas e/ou de outro meio hábil definido.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$INS. 1 = \left(\frac{TE_{Ex} - TE_{Est}}{TE_{Est}} \right), \text{ onde:}$$

IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OS/OFB;

TE_{Ex} – Tempo de Execução, corresponde ao período de execução da OS/OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS/OFB. A data de início será aquela constante na OS/OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS/OFB. A data de entrega da OS/OFB deverá ser aquela reconhecida fiscalização contratual, conforme critérios constantes no Termo de Referência. Para os casos em que a fiscalização contratual rejeitar a entrega, o prazo de execução da OS/OFB continuará a ser contabilizado, findando-se apenas quando a CONTRATADA entregar os produtos e serviços da OS/OFB de acordo com os critérios de qualidade estabelecidos no TR, e haja aceitação por parte da fiscalização contratual;

TE_{Est} – Tempo Estimado para a execução da OS/OFB, constante na OS/OFB, conforme estipulado no Termo de Referência;

META: INS.1 ≤ 0					
CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE REDUÇÕES AO PAGAMENTO [GLOSAS]					
Faixas de ajuste para o pagamento, de acordo com os valores do indicador IAE					
De 0 a 0,10	De 0,11 a 0,20	De 0,21 a 0,30	De 0,31 a 0,50	De 0,51 a 1,00	Acima de 1
Pagamento integral da OS/OFB	Glosa de 0,25% sobre o valor da OS/OFB	Glosa de 0,50% sobre o valor da OS/OFB	Glosa de 1,00% sobre o valor da OS/OFB	Glosa de 2,5% sobre o valor da OS/OFB	Glosa de 5,00% sobre o valor da OS/OFB

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 07 ÍNDICE DE OCORRÊNCIA DE DESCONFORMIDADES TÉCNICAS (INS-2)

INS-2: ÍNDICE DE OCORRÊNCIA DE DESCONFORMIDADES TÉCNICAS		
OBJETIVO	APLICABILIDADE / PERIODICIDADE	FONTE
Assegurar a necessária qualidade dos serviços executados através da averiguação de ocorrências de desconformidade técnica em relação aos padrões, exigências e demais requisitos estabelecidos para a implantação da solução	Aplicável, sob demanda, à todas as Ordens de Serviço/Fornecimento de Bens	As informações para verificação do nível de serviço serão extraídas do sistema de gerenciamento de serviços e/ou da ferramenta de gestão de demandas e/ou de outro meio hábil definido
FÓRMULA DE CÁLCULO		
<p>INS. 2 = \sum Pontuação ODT, onde:</p> <p>Pontuação ODT = Soma da pontuação obtida em função das ocorrências de desconformidade técnicas apuradas (obtida pela multiplicação da quantidade de ocorrências por sua respectiva pontuação, por tipo de ocorrência.</p>		
METAS		
META 1: INS-2 \leq 0		
A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO DE BENS de acordo com os critérios de qualidade definidos		
CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE REDUÇÕES AO PAGAMENTO [GLOSAS]		
Glosa de 0,25% (vinte e cinco décimos percentis) sobre o valor da ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO DE BENS a cada 01 (um) ponto de desconformidade acumulado		

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DESCONFORMIDADE (ODT)				
ID	APLICABILIDADE	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA / MÉTRICA	PONTUAÇÃO
ODT.INS-2.1	Geral	Designar profissional sem capacidade técnica necessária ao pleno atendimento do objeto contratado ou sem atender às qualificações exigidas.	Por evento/ocorrência (por dia)	1,00
ODT.INS-2.2	Geral	Violar sigilo de dados ou informações do CONTRATANTE, obtidas em decorrência da execução dos serviços.	Por evento/ocorrência	5,00
ODT.INS-2.3	Geral	Entregar qualquer documentação mediante fraude.	Por evento/ocorrência	10,00
ODT.INS-2.4	Geral	Manipular ou descaracterizar informações, relatórios ou qualquer documento relativo à prestação de serviços.	Por evento/ocorrência	5,00
ODT.INS-2.5	Geral	Perder dados ou informações corporativas por imperícia ou inobservância dos requisitos da política e dos procedimentos de cópia de segurança (backup).	Por evento/ocorrência	10,00
ODT.INS-2.6	Geral	Deixar de executar, suspender ou interromper serviço solicitado, salvo motivo de força maior ou caso fortuito.	Por evento/ocorrência (por dia)	1,00

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DESCONFORMIDADE (ODT)				
ID	APLICABILIDADE	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA / MÉTRICA	PONTUAÇÃO
ODT.INS-2.7	Geral	Utilizar indevidamente os recursos de TIC do CONTRATANTE (computadores, impressoras, telefones, etc) para fins particulares.	Por evento/ocorrência	1,00
ODT.INS-2.8	Geral	Violar a Política de Segurança da Informação e Comunicações (POSIC), do CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	5,00
ODT.INS-2.9	Geral	Causar qualquer dano aos equipamentos do CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	1,00
ODT.INS-2.10	Geral	Deixar de responder, em até 48 horas, aos questionamentos do CONTRATANTE, sobre qualquer assunto relacionado aos serviços ou a solução.	Por evento/ocorrência (por dia)	1,00
ODT.INS-2.11	Geral	Deixar de cumprir quaisquer obrigações estabelecidas no edital e seus encartes, não previstas nesta tabela.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.12	Geral	Causar qualquer indisponibilidade, não planejada, nos serviços de TIC do CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.13	Geral	Deixar de responder aos questionamentos da equipe do CONTRATANTE sobre qualquer assunto relacionado à prestação dos serviços.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.14	Geral	Recusar-se a executar serviço relacionado ao objeto do contrato.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.15	Serviço de implantação, instalação e configuração	Deixar de cumprir os prazos acordados para entrega do plano de implantação.	Por evento/ocorrência (por dia)	0,5
ODT.INS-2.16	Serviço de implantação, instalação e configuração	Entregar o plano de implantação sem ter atendido aos requisitos solicitados ou com informações incompletas ou imprecisas.	Por evento/ocorrência	1,00
ODT.INS-2.17	Serviço de implantação, instalação e configuração	Deixar de apresentar o plano de implantação no prazo estipulado.	Por evento/ocorrência (por dia)	1,00
ODT.INS-2.18	Serviço de implantação, instalação e configuração	Executar procedimentos na solução que causem impactos negativos nas operações de TIC ou de negócio do CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.19	Serviço de implantação, instalação e configuração	Deixar de cumprir os prazos acordados para instalação e configuração dos equipamentos da solução.	Por evento/ocorrência (por dia)	0,5
ODT.INS-2.20	Serviço de implantação, instalação e configuração	Causar indisponibilidade ou qualquer impacto negativo nas operações de TIC ou de negócio do CONTRATANTE, em decorrência da instalação e configuração dos equipamentos.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.21	Serviço de implantação, instalação e configuração	Deixar de cumprir os prazos acordados para migração dos sistemas ou serviços de TIC.	Por evento/ocorrência (por dia)	0,5

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

RELAÇÃO DE OCORRÊNCIAS DE DESCONFORMIDADE (ODT)				
ID	APLICABILIDADE	DESCRIÇÃO	REFERÊNCIA / MÉTRICA	PONTUAÇÃO
ODT.INS-2.22	Serviço de implantação, instalação e configuração	Causar indisponibilidade ou qualquer impacto negativo nas operações de TIC ou de negócio do CONTRATANTE, em decorrência da migração dos serviços.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.23	Serviço de implantação, instalação e configuração	Deixar de realizar a transferência de conhecimento, conforme as especificações do edital.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.24	Serviço de implantação, instalação e configuração	Entregar produto ou documentação sem seguir padrão definido junto com o CONTRATANTE (ex.: margens, alinhamento, fontes, cabeçalhos), ou possui erros de redação e português, ou a apresentação do documento não possui a qualidade ou o nível requerido para entrega de um produto ou documento.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.25	Serviço de implantação, instalação e configuração	Não entregar, durante o serviço de operação assistida, os artefatos previstos nos requisitos de Operação Assistida.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.26	Serviço de implantação, instalação e configuração	Não realizar, durante o serviço de operação assistida, serviços referentes à substituição das unidades, peças, componentes ou cabeamento defeituosos.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.27	Serviço de implantação, instalação e configuração	Entregar produto ou documentação sem seguir padrão definido junto com o CONTRATANTE (ex.: margens, alinhamento, fontes, cabeçalhos), ou possui erros de redação e português, ou a apresentação do documento não possui a qualidade ou o nível requerido para entrega de um produto ou documento.	Por evento/ocorrência	0,5
ODT.INS-2.28	Geral	Incorrer em evento de desconformidade que importe em impacto negativo à execução dos serviços demandados no que tange ao cumprimento de quaisquer dos aspectos elementares, assim como não sanear intercorrências e/ou pendências nos prazos determinados pelo CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	4,00
ODT.INS-2.29	Geral	Deixar de utilizar as ferramentas de controles definidas pelo CONTRATANTE para a gestão do serviço, assim como deixar de registrar documentos e/ou informações dos serviços prestados na forma definida pelo CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	4,00
ODT.INS-2.30	Geral	Deixar de registrar ciência de recebimento de ORDEM DE SERVIÇO/FORNECIMENTO DE BENS no prazo e nas condições estabelecidas no TERMO DE REFERÊNCIA, importando em atraso ao início da execução dos serviços.	Por evento/ocorrência	10,00
ODT.INS-2.31	Geral	Finalizar requisição de serviço sem que o atendimento tenha sido concluído ou que tenha atingido os objetivos solicitados.	Por evento/ocorrência	10,00
ODT.INS-2.32	Geral	Deixar de participar, quando convocado, de reuniões e eventos com o CONTRATANTE ou com outras equipes do CONTRATANTE.	Por evento/ocorrência	10,00

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 08 TAXA DE RESOLUÇÃO DE CHAMADOS TÉCNICOS DENTRO DO PRAZO (INS-3)

INS-3: TAXA DE RESOLUÇÃO DE CHAMADOS TÉCNICOS DENTRO DO PRAZO		
OBJETIVO	APLICABILIDADE / PERIODICIDADE	FONTE
Medir o percentual de chamados técnicos solucionados dentro do prazo esperado	Aplicável, sob demanda, a todas as Ordens de Serviço/Fornecimento de Bens, sobre o valor dos itens afetados	As informações para verificação do nível de serviço serão extraídas do sistema de gerenciamento de serviços e/ou da ferramenta de gestão de demandas e/ou de outro meio hábil definido.

FÓRMULA DE CÁLCULO

$$INS. 3 = \left(\frac{Qtde\ total\ de\ chamados\ atendidos\ no\ prazo\ por\ nível\ de\ prioridade}{Qtde\ total\ de\ chamados\ por\ nível\ de\ prioridade} \right) \times 100, \text{ onde:}$$

Para fins de medição do indicador, considera-se tempo total de resolução o período entre a hora da abertura do chamado técnico e o término do chamado, momento no qual o equipamento ou o serviço se tornam operacionais, com todas as funcionalidades disponíveis para uso.

A critério do CONTRATANTE, poderá ser admitido pedido de prorrogação dos prazos descritos neste Encarte, mediante justificativas por escrito, plenamente fundamentadas, dentro do período correspondente ao prazo de solução do problema.

NÍVEL DE PRIORIDADE	DESCRIÇÃO	PRAZO DE RESOLUÇÃO		
1 - Urgente	Há um impacto crítico nos serviços do CONTRATANTE; indisponibilidade do equipamento ou serviço; produto inoperante.	04 (quatro) horas		
2 - Muito Importante	Produto parcialmente inoperante; erros, problemas que impactam significativamente os serviços do CONTRATANTE, incluindo degradação de desempenho.	08 (oito) horas		
3 - Importante	Problemas contornáveis que não degradam o ambiente de produção; falhas que têm impacto limitado aos produtos sem afetar os serviços do CONTRATANTE.	24 (vinte e quatro) horas		
4 - Informação	Não há impacto nos serviços do CONTRATANTE; consulta técnica, informações, dúvidas em geral, assistência com a funcionalidade, emissão de relatórios, operação ou configuração dos produtos envolvidos, e correlatos.	48 (quarenta e oito) horas		
5 – Preventiva	Não há impacto identificado nos serviços do CONTRATANTE; avaliações da rede, ajustes de configuração ou atualizações de softwares, que previnam perdas de desempenho, indisponibilidades ou exploração de vulnerabilidades da solução; dentre outras medidas preventivas.	72 (setenta e duas) horas		
METAS POR NÍVEL DE PRIORIDADE				
META 1 (URGENTE)	META 2 (MUITO IMPORTANTE)	META 3 (IMPORTANTE)	META 4 (INFORMAÇÃO)	META 5 (PREVENTIVA)
INS.3 ≥ 99%	INS.3 ≥ 97,5%	INS.3 ≥ 95%	INS.3 ≥ 92,5%	INS.3 ≥ 90%

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

INS-3: TAXA DE RESOLUÇÃO DE CHAMADOS TÉCNICOS DENTRO DO PRAZO				
CRITÉRIOS PARA APLICAÇÃO DE REDUÇÕES AO PAGAMENTO [GLOSAS]				
DESCUMPRIMENTO DA META 1	DESCUMPRIMENTO DA META 2	DESCUMPRIMENTO DA META 3	DESCUMPRIMENTO DA META 4	DESCUMPRIMENTO DA META 5
Glosa de 1% por hora de atraso acumulada, sob o valor correspondente à parcela/item afetado(a).	Glosa de 0,75% sob o valor correspondente à parcela/item afetado(a).	Multa/glosa de 0,50% sob o valor correspondente à parcela/item afetado(a).	Multa/glosa de 0,25% sob o valor correspondente à parcela/item afetado(a).	Multa/glosa de 0,10% sob o valor correspondente à parcela/item afetado(a).

Observação:

As metas e fatores de ajuste acima são aplicáveis na vigência das Ordens de Serviço, sendo que após seu Recebimento Definitivo, havendo impossibilidade de aplicação de glosa sob faturas já liquidadas, para quaisquer atrasos serão aplicados os parâmetros listados no art. 7º da Portaria MEC nº 120, de 09 de março de 2016, que “institui o rito do Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade – PAAR das infrações praticadas pelos fornecedores do Ministério da Educação e regulamenta as competências administrativas para aplicação das sanções administrativas cabíveis”.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 09 MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO E/OU FORNECIMENTO**INTRODUÇÃO**

Por intermédio da Ordem de Serviço (OS) ou Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente à Contratada a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS/OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	xxxxxxxxxxxxxx

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OS/OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
-----------------	--------------	--------------	--------------

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022
Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC
Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			
Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a <execução dos serviços / entrega dos bens> correspondentes à presente <OS/OFB>, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >
<RESPONSÁVEL PELA DEMANDA / FISCAL REQUISITANTE>
Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >
<GESTOR DO CONTRATO>
Matr.: <Nº da matrícula>

BRASÍLIA/DF, XX DE XXXX DE 20XX.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 10 TERMO DE CIÊNCIA**INTRODUÇÃO**

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	xxxxxxxxxxxx

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante. _____

Funcionários da Contratada

Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<xxxxxxxxxx>	
...

BRASÍLIA/DF, XX DE XXXX DE 20XX.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 – Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 11 TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO

INTRODUÇÃO

O Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo registra o comprometimento formal da Contratada em cumprir as condições estabelecidas no documento relativas ao acesso e utilização de informações sigilosas da Contratante em decorrência de relação contratual, vigente ou não.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “a” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

Pelo presente instrumento o <NOME DO ÓRGÃO>, sediado em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <CNPJ>, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a <NOME DA EMPRESA>, sediada em <ENDEREÇO>, CNPJ nº <Nº do CNPJ>, doravante denominada CONTRATADA;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º <nº do contrato> doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação e Privacidade da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições abaixo discriminadas.

1. OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas disponibilizadas pela CONTRATANTE e a observância às normas de segurança da informação e privacidade por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, e os Decretos 7.724, de 16 de maio de 2012, e 7.845, de 14 de novembro de 2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

2. CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

- INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.
- INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado, e aquela abrangida pelas demais hipóteses legais de sigilo.
- CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

3. DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

4. DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I – Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II – Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;

III – Sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento prévio e expresso da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmos judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

6. VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

7. PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

8. DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro – Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Parágrafo Terceiro – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

I – A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;

II – A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

III – A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;

IV – Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;

V – O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;

VI – Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;

VII – O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações, conforme definição do item 3 deste documento, disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;

VIII – Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

9. FORO

A CONTRATANTE elege o foro da cidade de BRASÍLIA/DF, Justiça Federal - Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

10. ASSINATURAS

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

CONTRATADA		CONTRATANTE	
<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>		<div><div></div><div><Nome></div><div>Matrícula: xxxxxxxx</div></div>	
TESTEMUNHAS			
<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>		<div><div></div><div><Nome></div><div><Qualificação></div></div>	

Brasília/DF, ____ de _____ de 2023.

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 12 TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO – BENS E SERVIÇOS DE TIC**INTRODUÇÃO**

O Termo de Recebimento Provisório trata-se de termo detalhado que declarará que os serviços foram prestados e atendem às exigências de caráter técnico, sem prejuízo de posterior verificação de sua conformidade com as exigências contratuais, baseada nos requisitos e nos critérios de aceitação definidos no Modelo de Gestão do Contrato.

Referência: Inciso XXI, art. 2º, e alínea “i”, inciso II, art. 33 da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xx/aaaa		
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxx
Nº DA OS	<xxxx/aaaa>		
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>		

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO**SOLUÇÃO DE TIC**

<Descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>

ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE
1	<Descrição igual ao da OS de abertura>	<Ex.: PF>	<n>
...
...
...
TOTAL DE ITENS			

3 – RECEBIMENTO

Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “i”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO que os serviços correspondentes à <OS> acima identificada, conforme definido no Modelo de Execução do contrato supracitado, foram executados e <atende(m)/atende(m) parcialmente/não atende(m)> às respectivas exigências de caráter técnico discriminadas abaixo. Não obstante, estarão sujeitos à avaliação específica para verificação do atendimento às demais exigências contratuais, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do contrato.

Ressaltamos que o recebimento definitivo desses serviços ocorrerá somente após a verificação desses requisitos e das demais condições contratuais, desde que não se observem inconformidades ou divergências quanto às especificações constantes do Termo de Referência e do Contrato acima identificado que ensejem correções por parte da **CONTRATADA**. Por fim, reitera-se que o objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com o contrato.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO
1	<exigências técnicas definidas no TR>

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022
Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC
Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

...
...
...

4 – ASSINATURA
FISCAL TÉCNICO
<div><Nome do Fiscal Técnico do Contrato> Matrícula: xxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</div>
PREPOSTO
<div><Nome do Preposto do Contrato> Matrícula: xxxxxx <Local>, <dia> de <mês> de <ano>.</div>

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 13 TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO - BENS E SERVIÇOS DE TIC

INTRODUÇÃO				
O Termo de Recebimento Definitivo declarará formalmente à Contratada que os serviços prestados ou que os bens fornecidos foram devidamente avaliados e atendem às exigências contratuais, de acordo com os requisitos e critérios de aceitação estabelecidos.				
Referência: Inciso XXII, Art. 2º e alínea “h” inciso I do art. 33, da IN SGD/ME Nº 94/2022.				
1 – IDENTIFICAÇÃO				
CONTRATO/NOTA DE EMPENHO Nº	xx/aaaa			
CONTRATADA	<Nome da Contratada>	CNPJ	xxxxxxxxxxxxx	
Nº DA OS/OFB	<xxxx/aaaa>			
DATA DA EMISSÃO	<dd/mm/aaaa>			
2 – ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTO(S)/BEM(S)/SERVIÇOS E VOLUMES DE EXECUÇÃO				
SOLUÇÃO DE TIC				
<descrição da solução de TIC solicitada relacionada ao contrato anteriormente identificado>				
ITEM	DESCRIÇÃO DO BEM OU SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	TOTAL
1	<descrição igual à da OS/OFB de abertura>	<Ex.: PF>	<n>	<total>
...				
TOTAL DE ITENS				
3 – ATESTE DE RECEBIMENTO				
Para fins de cumprimento do disposto no art. 33, inciso II, alínea “h”, da IN SGD/ME nº 94/2022, por este instrumento ATESTO/ATESTAMOS que o(s) <serviço(s)/ bem(s)> correspondentes à <OS/OFB> acima identificada foram <prestados/entregues> pela CONTRATADA e ATENDEM às exigências contratuais, discriminadas abaixo, de acordo com os Critérios de Aceitação previamente definidos no Modelo de Gestão do Contrato acima indicado.				
ITEM	EXIGÊNCIA CONTRATUAL	ATENDIMENTO	OBSERVAÇÃO	
1	<exigência contratual estabelecida no TR >	
...	
...	
...	
4 - DECONTOS EFETUADOS E VALOR A LIQUIDAR				
De acordo com os critérios de aceitação e demais termos contratuais, <não> há incidência de descontos por desatendimento dos indicadores de níveis de serviços definidos.				

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação – Lei nº 14.133, de 2021.

<Não foram / Foram> identificadas inconformidades técnicas ou de negócio que ensejem indicação de glosas e sanções, <cuja instrução corre em processo administrativo próprio (nº do processo)>.

Por conseguinte, o valor a liquidar correspondente à <OS/OFB> acima identificada monta em R\$ <valor> (<valor por extenso>).

Referência: <Relatório de Fiscalização nº xxxx ou Nota Técnica nº yyyy>.

5 – ASSINATURA

GESTOR DO CONTRATO

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>.

<As seções seguintes podem constar em documento diverso, pois dizem respeito à autorização para o faturamento, a cargo do Gestor do Contrato, e a respectiva ciência do preposto quanto a esta autorização>.

5 – AUTORIZAÇÃO PARA FATURAMENTO

GESTOR DO CONTRATO

Nos termos da alínea “n”, inciso I, art. 33, da IN SGD/ME nº 94/2022, AUTORIZA-SE a **CONTRATADA** a <faturar os serviços executados / apresentar as notas fiscais dos bens entregues> relativos à supracitada <OS/OFB>, no valor discriminado no item 4, acima.

<Nome do Gestor do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

6 – CIÊNCIA

PREPOSTO

<Nome do Preposto do Contrato>

Matrícula: xxxxxxxx

<Local>, <dia> de <mês> de <ano>

Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 23 de dezembro de 2022

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União – CNMLC

Atualização: 29/05/2023 - Termo de Referência contratação de Serviços TIC – Licitação - Lei nº 14.133, de 2021.

APÊNDICE 14 MODELO DE DECLARAÇÃO DE VISTORIA**DECLARAÇÃO DE REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA**

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2023, que a empresa <Razão Social da Empresa>, registrada no CNPJ/MF <CNPJ>, representada por seu Responsável Técnico abaixo identificado, realizou VISTORIA TÉCNICA nas instalações da SUBSECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, tomando ciência de informações e instruções necessárias ao atendimento do objeto da presente licitação e à eventual elaboração de sua PROPOSTA, ao passo que nos comprometemos a manter sob sigilo e a não divulgar as informações e dados a que tivemos acesso por ocasião da VISTORIA TÉCNICA.

DECLARAÇÃO DE OPÇÃO PELA NÃO REALIZAÇÃO DA VISTORIA TÉCNICA

DECLARAMOS, para fins de participação no Pregão Eletrônico nº ____/2023, que a empresa <Razão Social da Empresa>, registrada no CNPJ/MF <CNPJ>, em conformidade a previsão contida no item xxx do Termo de Referência, manifestamos nossa opção por não realização da Vistoria Técnica.

Brasília/DF, <dia> de <mês> de 2023.

[assinatura e carimbo]

<Nome completo do emitente>

<Cargo do emitente>

<SIAPE do emitente>

[assinatura]

<Nome completo do representante da Empresa>

<Documento de Identificação>

INSTRUÇÕES:

1. Nos termos do item 4.16 do Termo de Referência a realização da vistoria é um dos critérios de habilitação técnica, recomendamos que os LICITANTES leiam com atenção o dispositivo.